

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TELMA PAULINA KLIPP

A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA:
A RELAÇÃO ENTRE DILMA ROUSSEFF E A MÍDIA

Florianópolis, Santa Catarina

2020

TELMA PAULINA KLIPP

A Violência Política de Gênero na América Latina:
a relação entre Dilma Rousseff e a mídia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção de grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª Dra^a Joana Maria Pedro

Florianópolis, Santa Catarina

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Klipp, Telma Paulina Violência Política de Gênero na América Latina : A relação entre Dilma Rousseff e a mídia / Telma Paulina Klipp ; orientador, Joana Maria Pedro , 2020.
66 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis,
2020.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Violência Política de Gênero . 3. Mídia . 4. Política Internacional . I. Pedro , Joana Maria . II. Universidade Federal de Santa Catarina.

Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Telma Paulina Klipp

Violência Política de Gênero: a relação entre Dilma Rousseff e a mídia

Florianópolis, 07 de outubro de 2020.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Joana Maria Pedro

UFSC

Profa. Dra. Camila Feix Vidal

UFSC

Ma. Maria Adaiza Lima Gomes

UFSC

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Profa. Dra. Joana Maria Pedro

Orientadora

[Florianópolis], [2020].

RESUMO

O presente trabalho pretende abordar a violência política de gênero na América Latina e como essa problemática é relevante para as Relações Internacionais. Para isso a introdução traz o debate sobre o conceito, exemplifica o fenômeno e introduz o autor dessa violência a ser debatido ao longo do desenvolvimento: a mídia. O desenvolvimento dedica-se portanto a analisar a contribuição da mídia para esse fenômeno e a análise mais específica do discurso dessa em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff. A partir disso, será analisada também a instrumentalização das imagens pela mídia para a construção dessa narrativa hostil em relação às mulheres na política, especificamente contra Dilma.

Palavras-chave: violência – política – gênero – mídia – América Latina

ABSTRACT

This paper intends to address political gender violence in Latin America and the relevance of this issue to the International Relations scholarship. For this, the introduction brings the debate about the concept, exemplifies the phenomenon and introduces the author of this violence to be debated throughout the development: the media. The development is therefore dedicated to analyzing the media's contribution to this phenomenon and the more specific analysis of its speech in relation to former President Dilma Rousseff. The instrumentalization of images by the media will also be analyzed for the construction of this hostile narrative towards women in politics, specifically against Dilma.

Keywords: Violence. Politics. Gender. Media. Latin America.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	18
A mídia e a política	19
A violência de gênero e o discurso da mídia	26
A questão da feminilidade	27
A feminilidade no discurso da mídia	30
A cobertura midiática das mulheres na política	32
CAPÍTULO 2	40
As imagens no jornalismo <i>online</i>	40
O desafio da interpretação	42
O contexto do impeachment	45
O impeachment em imagens	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
ANEXO I: Imagem do adesivo	66

INTRODUÇÃO

A questão de partida colocada para o presente trabalho é analisar de que forma Dilma Rousseff foi desqualificada pelo discurso da mídia brasileira que baseou suas críticas na identificação de gênero da presidente e não na sua atuação profissional. Pretende-se estabelecer, dessa maneira, a mídia como ator de violência política de gênero contra a então presidente.

A hipótese central desse trabalho propõe que uma vez que a mídia é um ator político, o seu discurso resulta da realidade social na qual se encontra. Assim, por estar inserida numa sociedade patriarcal, percebe-se uma tendência na mídia de instrumentalizar a noção de feminilidade para desqualificar, hostilizar e estereotipar as mulheres no espaço político. Inclusive, Dilma Rousseff foi alvo desse discurso generificado, principalmente no seu segundo mandato. Essa hostilização, desqualificação, humilhação entre outros configuram a violência política de gênero.

Para acompanhar este trabalho torna-se necessário apresentar algumas noções básicas, acontecimentos históricos e características referentes ao tema geral: a violência política de gênero. Um começo é explorar como a relação com o espaço público é diferente para os homens e para as mulheres ao longo da história. Enquanto o “homem público” desempenha papéis reconhecidos e importantes, participa do poder com honra e virtude, a “mulher pública” é considerada uma criatura pertencente a todos, depravada, debochada, uma vergonha. (PERROT, 1998) Essa exclusão era justificada nas diferenças biológicas entre o homem e a mulher de forma que foi estabelecida, culturalmente, uma “diferença sexual” e portanto considerada natural que justifique um tratamento social e político diferenciado para cada um deles. (SCOTT, 2002)

Torna-se claro que as relações no espaço público são sexuadas e elas determinam os lugares ocupados pelo homem e pela mulher. E é justamente o lugar determinado para a mulher e sua relação com o espaço público que sempre foi problemático. Desde a Grécia antiga a tendência foi deslocar as mulheres desse espaço e confiná-la ao doméstico. E sendo a esfera pública o lugar de excelência para exercer a cidadania, elas foram deslocadas do exercício de seus direitos políticos também. A exclusão das mulheres desses espaços encontra justificativas em diversos campos do conhecimento. Por exemplo, a medicina do século XVIII estigmatizava as mulheres como sensíveis, intuitivas ao extremo e portanto inadequadas para o exercício dos

direitos políticos ao ancorar ainda mais a feminilidade ao sexo. Foram descritas como histéricas, nervosas, incapazes de governar. (PERROT, 1998)

Essa antipatia ou até mesmo aversão às mulheres chama-se misoginia. Ela estruturou a sociedade, é onipresente no dia a dia e se manifesta em diversas escalas. Ela faz parte do ideário coletivo e está profundamente enraizada na sociedade. Existem diversas formas de depreciar e desqualificar mulheres, de uma lado foi inventado uma essência para elas que enaltece os papéis sociais da maternidade, da juventude, da sensualidade, da submissão e a ocupação com os afazeres domésticos e por outro deprecia, insulta e desqualifica toda mulher que não corresponde a essa noção completamente idealizada da “essência feminina”. Esse modelo ou ideal não prevê mulheres no poder, ocupando cargos públicos e desafiando a hegemonia dos homens nesses locais e por isso implica na hostilidade contra essas mulheres em especial. (CARDOSO, 2017)

Dessa forma, as representações do comportamento “ideal” das mulheres ao longo do tempo buscaram reforçar o papel doméstico e familiar delas. Elas seriam benéficas à sociedade quando se ocupam unicamente das coisas domésticas. Essas representações, atravessando a história, enraizaram-se em um pensamento baseado na diferença dos sexos cujo poder estruturante é apontado pelos estudos antropológicos. Ou seja, a construção da sociedade ao longo dos anos deu-se com base nessa divisão do espaço público e privado sendo o primeiro domínio dos homens e o segundo das mulheres. (PERROT, 1998)

Em diversos momentos ao longo do trabalho será feita referência ao patriarcado ou sociedade patriarcal. Cabe utilizar-se da introdução para expor a definição adotada para esse termo. Carole Pateman (1993) em *O contrato sexual* propõe uma discussão sobre esse termo a partir do estudo dos contratos sociais no século XVII que são a base para o modelo político social atualmente vigente em boa parte do Ocidente. (PATEMAN, 1993)

Segundo Pateman o termo “patriarcado” é controverso e problemático, dentro do movimento ou estudos feministas não há consenso em relação ao seu significado e sua relevância para a discussão sobre gênero. Para a autora, significa uma forma de poder político que vem sendo ignorada ao longo do século XX e o termo só voltou à discussão com o feminismo dos anos 1960. A abordagem da autora é explorar a relação conflituosa entre os teóricos do contrato social e os paternalistas. (PATEMAN, 1993)

Na história houve o momento de transição entre uma organização social paternalista, na qual o poder estava nas mãos do pai da família inclusive enquanto representante político. O que o chamado argumento tradicional afirmava era que com a criação do contrato social o poder político passou a ser delegado ao indivíduo que participa das instituições do Estado, representando os interesses dos que o elegeram. Segundo essa visão, o patriarcado seria uma realidade restritamente anterior ao contrato social na qual o poder estava associado à figura paterna. O que Pateman destaca é que o indivíduo a quem as teorias do contrato social se referem é necessariamente masculino. Em Locke, por exemplo, não existe referência à mulher, ela está inclusa nos escritos sobre família mas não lhe é dada a condição de indivíduo. Segundo a autora, essa é uma contribuição fundamental para o estabelecimento do patriarcado contratual moderno, que ainda hoje está presente na dominação de homens adultos sobre mulheres adultas. (PATEMAN, 1993)

A interpretação feminista, segundo verbete do Dicionário Crítico do Feminismo, a partir dos debates do movimento nos anos 1970, o patriarcado configura uma formação social na qual os homens detêm o poder. Significa, portanto, dominação dos homens e a subordinação ou sujeição das mulheres. O que difere a concepção feminista da definição paternalista é a utilização da expressão “patriarcado” para designar o(s) sistema(s) que oprime(m) as mulheres, partindo da premissa que “Pai ou marido, é tudo igual” (DELPHY, 2009, p. 175), ou seja, designa a dominação dos homens sendo eles pais biológicos ou não. No final das contas o uso desse conceito não pretende descrever atitudes individuais mas um sistema total que comanda o conjunto das atividades humanas sendo elas coletivas ou individuais. (DELPHY, 2009)

Ao longo do trabalho, as obras de Cynthia Enloe serão citadas. A autora possui um trabalho fundamental para a investigação feminista do campo das Relações Internacionais com uma análise crítica da política internacional. Em “*The curious feminist*”, obra de 2004, Enloe define patriarcado como sistema estrutural e ideológico que visa perpetuar o privilégio da masculinidade. A autora destaca que todo tipo de instituição, sociedade ou cultura pode tornar-se patriarcal. Enloe destaca também que as noções de masculinidade e feminilidade podem alterar-se ao longo da história, esse assunto será explorado mais a fundo ao longo do trabalho. Uma característica da sociedade ou cultura patriarcal é marginalizar a feminilidade, infantilizar, trivializar e excluir a feminilidade da determinada instituição, cultura ou sociedade. Entender

essa estrutura e enxergá-la é um dos passos iniciais para uma análise feminista das Relações Internacionais. (ENLOE, 2004, p.4)

Partindo disso, quando o termo “patriarcado” ou suas variações são empregadas no presente trabalho, refere-se à formação social na qual os homens possuem o poder que, como visto acima, fundou-se em um momento no qual foi negada a participação das mulheres na transição para a sociedade do contrato social assim como a condição de indivíduo nesse contrato. Além disso, o patriarcado é concebido como estrutural, presente no âmbito nacional e internacional de modo que marginaliza as mulheres de diversas instâncias, entre elas, a política. Visto que elas foram declaradas irrelevantes para a política desde aquele momento inicial, os direitos políticos das mulheres foram conquistados posteriormente com os movimentos sufragistas e em alguns locais ainda não são plenos nos dias de hoje.

A fim de ocupar o espaço público e exercer sua cidadania, as mulheres organizaram-se em movimentos de luta por esses direitos. Isso ocorreu nos mais diversos países ao redor do mundo, cada movimento com suas particularidades. Cabe aqui trazer alguns exemplos que ilustram esses esforços. De modo geral, o sufragismo espalhou-se entre o final do século XIX e o começo do XX. Nos EUA e na Inglaterra a letra da lei excluía explicitamente as mulheres da cidadania. Enquanto no Brasil e na França a constituição não citava sexo como critério para esse direito, abrindo um precedente legal para a demanda por cidadania. Apesar dessa brecha, os costumes da época, enraizados na divisão sexual do espaço público e privado, excluía a possibilidade de participação política das mulheres tida como “não natural”. No Brasil, a estratégia do movimento sufragista foi buscar reconhecimento da cidadania das mulheres junto ao Estado, pelo caminho legal. Isso não significa que o processo foi fácil, a oposição ao movimento enaltecia a imagem idealizada da mulher confinada ao lar e à família. O voto das mulheres foi finalmente reconhecido, no Brasil, no ano de 1932. (KARAWEJCZYK, 2014)

Porém, a luta pela garantia de direitos políticos não basta. Mesmo com a possibilidade de votar e serem votadas, as mulheres ainda são uma minoria no espaço político. Segundo dados do Observatório de Igualdade de Gênero da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a média regional de participação de mulheres nas câmaras nacionais foi de 21,06% no ano de 2011. (ALBAINE, 2015) Por isso, atualmente, observa-se na América Latina novos esforços para a promoção do acesso das mulheres a cargos de representação política. Alguns dos países passaram a adotar cotas de gênero, entre eles o Uruguai (2009), a Colômbia

(2011), El Salvador (2013) e o Chile (2015), enquanto outros estabeleceram medidas para avançar na paridade política de gênero, por exemplo a Bolívia (2009), a Costa Rica (2009), o Equador (2008), Honduras (2012), o México (2014), a Nicarágua (2010), o Panamá (2012) e a Venezuela (2015). (ALBAINE,2017)

Essas medidas têm encontrado dificuldades para a plena realização do que propõem enquanto modelo democrático. Um desses obstáculos é a violência política de gênero contra as mulheres, mais uma expressão da violência de gênero com o objetivo claro de restringir ou anular os direitos políticos e humanos das mulheres. O motor dessa violência exercida no espaço político eleitoral é o componente de gênero. Ou seja, está dirigida às mulheres somente por serem mulheres. (ALBAINE,2017)

Pode-se entender essa violência como uma tentativa de preservar o *status quo*, através de uma defesa violenta do espaço de poder tradicionalmente reservado aos homens (SEGATO,2003). Essa prática de manutenção do poder político patriarcal, frequentemente, expressa-se de modo indireto ou estrutural através da hostilidade contra as mulheres nos espaços políticos que transforma-se em uma forma de castigo ou censura contra elas. (HERRERA, ARIAS, GARCIA 2010). Essa prática se dá através da discriminação na montagem das listas de candidatos, da renúncia forçada para ceder o cargo a um homem, de ameaças a candidatas eleitas, da cobertura deliberadamente negativa da mídia tanto durante a corrida eleitoral quanto no exercício do mandato, da difamação, do assédio, da agressão física entre outras medidas que impeçam o livre exercício do direito político da vítima. Os atores que exercem essa violência podem ser o próprio Estado, os partidos políticos, os meios de comunicação, os usuários das redes sociais, entre outros. (ALBAINE,2017)

Alguns exemplo de articulações que visam combater essa prática na região merecem destaque. Em abril de 1994, na realização da 6ª Assembleia Extraordinária de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou-se o projeto da Convenção de Belém do Pará. Tal projeto foi apresentado em junho do mesmo ano para a Assembleia Geral da OEA da seguinte forma: Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Essa convenção foi pioneira ao estabelecer o direito das mulheres de viverem uma vida sem violência, sem violação dos seus direitos humanos e cabe ao Estado erradicar e sancionar essas situações de violência contra as mulheres. Essa discussão influenciou diretamente a criação da Lei Maria da Penha no Brasil,

assim como outros mecanismos legais em outros Estados da região. Portanto configura um antecedente fundamental para as discussões mais recentes no âmbito da OEA sobre a violência de gênero. (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015)

A Comissão Interamericana de Mulheres da OEA (Organização dos Estados Americanos) em 2015 elaborou o primeiro acordo regional sobre a violência e assédio político contra as mulheres, durante a VI Conferencia dos Estados Parte da Convenção do Belém do Pará, com o objetivo de avançar uma definição dessa problemática e impulsionar ações de prevenção, combate e erradicação desse fenômeno na região. Esse tratado constitui um avanço significativo para o estímulo de ações e estratégias a níveis nacional e regional para a garantia e proteção dos direitos políticos das mulheres na América Latina. (ALBAINE, 2015). Além disso, a VI Conferência dos Estados Parte da Convenção do Belém do Pará resultou também na Lei Modelo Interamericana sobre Violência Política contra as Mulheres (aprovada em 2017). Ambos os mecanismos possuem o propósito de alcançar uma definição sobre essa problemática na região para assim fomentar ações visando prevenir, sancionar e erradicar essa prática. (ALBAINE, 2017) A Lei Modelo Interamericana (CIM/OEA, 2017) define a violência política de gênero da seguinte forma:

A ‘violência política contra as mulheres’ deve ser entendida como qualquer ação, conduta ou omissão realizada de forma direta ou através de terceiros que, baseada em seu gênero, cause dano ou sofrimento a uma ou a várias mulheres e cujo objetivo ou resultado seja prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos políticos, pode incluir, entre outras, violência física, sexual, psicológica, moral, econômica ou simbólica”

O foco desse trabalho são, justamente, os veículos de comunicação enquanto atores dessa violência contra as mulheres na política. Propõe-se uma discussão sobre o papel e a influência política que a mídia exerce nos tempos atuais para então analisar como o discurso dela viola os direitos políticos das mulheres. Entende-se que o papel da mídia é essencialmente político, uma vez que tem a responsabilidade de tornar as informações relevantes do processo político acessíveis ao público. Portanto, é fundamental para o processo de tomada de decisão e formação de opinião de todos os cidadãos.

Vale trazer a reflexão da Tânia Regina de Luca no livro “Fontes Históricas” no capítulo “História dos, nos e por meio dos periódicos” que discute o tratamento de periódicos como

fontes e objetos de pesquisa. Mesmo que a autora foque em periódicos, suas reflexões ajudam a tratar a mídia tanto como fonte para a presente monografia assim como torna-la objeto da análise. Ao entender a mídia como objeto de estudo ela é colocada como instrumento de manipulação de interesses, além de um mero veículo de informação. É fundamental ter em mente que além de dada publicação, os elementos como a área de difusão dessa publicação, as relações com instituições políticas e financeiras do órgão que a publicou são importantes para contextualizar a análise e enriquecê-la. (LUCA, 2005)

Ao longo do trabalho será analisado o discurso da mídia, cabe ressaltar aqui que a mídia não é um ator homogêneo. As publicações são resultado do trabalho dos profissionais que as escrevem enquanto subordinados às demandas políticas das facções oligárquicas proprietárias dos jornais, revistas, canais de televisão, entre outros meios. Dessa forma, o discurso que reforça determinadas relações de poder é benéfico a esse grupo. Então, ao referir-se ao discurso da mídia nesse trabalho precisa-se lembrar disso. (LUCA, 2005) No caso da mídia brasileira, 5 famílias controlam metade dos veículos de comunicação segundo a pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia¹ sendo o maior dos grupos o Grupo Globo da família Marinho seguida pela família Saad do grupo Bandeirantes.

Assim, a pesquisa para esse trabalho aponta para a reprodução de discursos preconceituosos pela mídia. Ao estar inserida em uma sociedade que, como afirmado acima, preza mais pelo papel doméstico das mulheres do que suas contribuições para a vida política, esse discurso se repete na mídia. Com o apelo a estereótipos e reforço do ideal de feminilidade, da humilhação e do descrédito de mulheres que desafiam essas visões, a mídia se torna mais um ator de violência política de gênero.

É importante frisar que o objetivo desse trabalho é construir uma crítica ao discurso misógino e sexista dentro da mídia, ao tratamento diferenciado dado às mulheres na política pelos veículos de comunicação. Em momento nenhum pretende-se diminuir a importância da mídia dentro da sociedade, ela possui um papel fundamental na garantia do livre acesso a informação e formação de opinião política dentro da democracia. Uma imprensa livre é fundamental para um regime democrático. Nesse trabalho pretende-se apenas criticar discursos

¹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio/>

que estão enraizados em preconceitos históricos a fim de apontar para um caminho que leve a uma mídia mais inclusiva e consciente.

Além de analisar a construção desse discurso, serão analisadas as fotografias que aparecem nas matérias selecionadas. Entende-se que o recurso visual das imagens, além de outro meio de comunicar uma narrativa, também pode ser utilizado para reforçar estereótipos e desqualificar mulheres que ocupam cargos na política. Por isso, além de trazer elementos sobre o processo interpretativo em geral serão utilizadas categorias e conceitos desenvolvidas por Kress e van Leeuwen (2006) em *Reading Images* para uma análise estruturada das imagens selecionadas. Os atores em questão desenvolveram uma “gramática visual” que permite identificar padrões utilizados na construção de representações visuais e que interpretação esses padrões tendem a induzir no observador.

As imagens em questão foram selecionadas de duas revistas de grande circulação no Brasil: a Veja e a ISTOÉ. A Veja foi líder de circulação digital do segmento semanal segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC) em 2018², sendo portanto uma revista de peso na mídia nacional. A ISTOÉ faz parte das três maiores revistas brasileiras, junto com a Veja e a Época³. A última ficou de fora da análise pela dificuldade de acesso as suas edições passadas. Além do alcance dessas revistas levou-se em conta que ambas cobriram todo o processo do impeachment de Dilma Rousseff, as edições são quinzenais e as edições de outros anos estão disponíveis na internet mesmo que o acesso a ISTOÉ seja gratuito enquanto a Veja só disponibiliza seu acervo para assinantes. O meio digital foi escolhido pois facilita reunir todas as edições passadas em um só espaço e visualizar diversas informações com rapidez. O recorte temporal foram os anos de 2015 e 2016 porque nesse momento a política brasileira passava por um momento crucial que culminou no afastamento da presidenta eleita e a cobertura midiática de todo esse processo tomou conta dos noticiários, jornais, revistas e até redes sociais nesses anos.

² Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/03/11/revistas-semanais-recuperam-audiencia-no-digital.html>

³ Segundo: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/02/maiores-revistas-do-brasil-estao-com-a-mesma-sobrecapa.html>

Dito isso, é importante reconhecer a importância de uma análise dessas para o estudo de Relações Internacionais. Devido aos inúmeros casos de violência política de gênero na região latino-americana os organismos multilaterais procuraram estabelecer um marco legal e normativo para o combate desse problema na América Latina. Como exemplos pode-se citar: o assassinato de Juana Quispe, vereadora boliviana, ocorrido alguns dias antes da data de posse em 2012. Ela já havia denunciado o assédio que vinha sofrendo e estava trabalhando na defesa de uma lei para proteger mulheres desse tipo de violência. Quispe atuava também auxiliando mulheres na denúncia de casos de assédio sexual e violência física, além disso ela vinha sofrendo pressão por parte do próprio partido para renunciar. Seu assassinato segue sem solução. Outros casos foram levados à Corte Interamericana dos Direitos Humanos, por exemplo, dois casos de denúncia da violação das leis de cota e paridade durante eleições: por Janet Espinoza Feria e outras contra o Estado do Peru e por Maria Merciadri de Morini contra o Estado da Argentina por discriminação contra candidatas na montagem das listas do seu partido. (ALBAINE, 2015) Essas são apenas algumas manchetes que exemplificam o problema enfrentado pelas mulheres na política latino-americana ao longo dos últimos anos. Um dos casos mais recentes ocorreu no Brasil, em 2018 a vereadora Marielle Franco foi assassinada no Rio de Janeiro. Vale lembrar que nesse crime o gênero não é o único componente da violência, Marielle era negra e construía sua política e seus projetos para defender a população negra brasileira. O crime contra ela não foi somente motivado pelo ódio contra as mulheres mas também contra a população negra no Brasil.

Essa discriminação, esses obstáculos e essa resistência a mulheres na política não se limita ao espaço político nacional, a política em âmbito internacional também é um espaço majoritariamente dominado por homens. E as mulheres que conseguem ingressar nesse meio se veem sozinhas, excluídas em meio ao espaço predominado por homens. A abordagem de política internacional de Enloe (2014) propõe enxergar as mulheres nesse espaço assim como as relações de poder presentes nesse meio. O poder é desigualmente distribuído entre homens e mulheres, mas a autora não limita essa afirmação à política internacional. O âmbito doméstico também é atravessado por essa desigualdade. Isso porque a política doméstica não está isolada do cenário internacional, principalmente com a globalização recente, visto que a distribuição desigual de poder entre os gêneros é parte integrante da estrutura sistêmica internacional a qual se reproduz no interior dos Estados. Dessa forma as relações de poder na política doméstica estão constantemente sob influência do cenário internacional e vice-versa. Um exemplo perfeito disso são os mecanismos regionais citados anteriormente, as medidas tomadas por organismos

regionais afetam diretamente a configuração política interna com a pressão por cotas ou paridade de gênero nas corridas eleitorais. É de interesse dos estudos internacionais portanto entender esse fenômeno uma vez que ele é parte da política internacional. (ENLOE, 2014)

No presente trabalho, o recorte temático focará na ex-presidenta Dilma Rousseff por ser a primeira mulher a presidir o Brasil de forma que configura um ótimo exemplo da tomada do espaço político por mulheres na América Latina. Além disso, ao ocupar o cargo de presidente ela tomou frente nas decisões da política internacional que envolveram o país, rompendo outra fronteira do *status quo* político, uma vez que ela desafiou tanto a exclusão das mulheres no cenário político nacional quanto a marginalização de mulheres na política internacional. Analisar o fim do mandato dela através de uma perspectiva de gênero contribuirá para o estudo das mulheres em ambos os cenários políticos e permite uma compreensão mais profunda da desigualdade de gênero na política internacional enquanto uma característica estrutural, intrínseca do sistema internacional, presente tanto dentro quanto fora das fronteiras nacionais.

Além dessa introdução, o presente trabalho conta com dois capítulos. O primeiro capítulo explora as definições de mídia e política, elementos fundamentais a serem analisados ao longo do trabalho. Em seguida o conceito de feminilidade é introduzido para então observar de que maneira o discurso da mídia contribui para a construção e imposição desse ideal sobre mulheres. Por fim, todos esses elementos convergem na análise de exemplos de manchetes jornalísticas sobre Dilma Rousseff e uma imagem geral de como ela foi tratada pela mídia durante os mandatos dela na presidência.

Já o segundo capítulo introduz-se o tema do uso de fotos no jornalismo e o jornalismo na internet, visto que o impeachment de Dilma se deu em um momento de ampla utilização desse meio tanto para a leitura de notícias quanto para a articulação política. Outro ponto trabalhado no segundo capítulo é a interpretação das fotos jornalísticas e a apresentação dos conceitos analíticos de Kress e van Leeuwen (2006) para, enfim, aplicar esses elementos a imagens de Dilma Rousseff coletadas nas revistas citadas anteriormente.

CAPÍTULO 1

A proposta do presente capítulo é estabelecer conexões entre os elementos previamente citados na introdução. Ou seja, serão relacionados a mídia com a política e o discurso midiático às relações de gênero na sociedade para, finalmente, ligar-se a mídia com a violência política de gênero. A imagem abaixo serve para ilustrar isso e ao longo do capítulo serão incluídos exemplos desse fenômeno referentes à Dilma Rousseff e sua trajetória com a mídia.

Figura 1 – Capa IstoÉ



Fonte: Catraca Livre, 2016

Quando foi publicada, a imagem acima gerou repercussão e polêmica na opinião pública uma vez que remete ao estereótipo do inevitável descontrole emocional das mulheres. A imagem original foi tirada no ano de 2013 mas a capa foi publicada em 2016 e portanto foi utilizada fora do seu contexto. Como vai ser visto mais para frente, a imagem ganha um novo significado ao ser associada com a legenda, retratando a Dilma Rousseff como descontrolada e nervosa o que remete à histeria do corpo feminino. Essa discussão será aprofundada ao longo do trabalho. O objetivo da pesquisa é justamente compreender de que forma essa capa é uma manifestação de um fenômeno maior e mais complexo: a violência política de gênero.

A mídia e a política

Nesse primeiro momento a mídia será tratada de uma forma mais ampla, generalizada. Dessa forma ela é entendida como o conjunto de instituições que através de tecnologias específicas executa a comunicação humana. Ou seja, refere-se à instituições (emissoras de TV e rádio, jornais, revistas etc) que centralizam a produção de conteúdo e o comunicam à massa através de uma tecnologia específica. (LIMA, 2004)

Além disso, é interessante evidenciar o significado de política e democracia para Lima (2004) e como essa definição depende intrinsecamente da existência de uma mídia. O autor afirma que a democracia é o regime em que o poder exercido sobre a coisa pública, ou seja as decisões políticas e seus efeitos para a sociedade, é visível, transparente e exposto ao público. (LIMA, 2004) Dessa forma, a existência de uma cobertura midiática independente, de uma imprensa livre e sem censura é um pilar fundamental de uma democracia. Já que se entende a democracia como o poder visível sobre coisas públicas, cabe à mídia o papel de dar visibilidade às relações de poder dentro do regime e defender as coisas públicas. Sem esses critérios é difícil alcançar uma democracia plena.

Antes de partir para a discussão sobre a relação entre política e mídia, é preciso reforçar que a definição acima não é a única nem unânime nos estudos acadêmicos. Existe o esforço de definir o regime democrático nas diversas áreas de conhecimento e vertentes de pensamento. Uma definição observada em Matos e Paradis (2013), no seu estudo aprofundado das políticas públicas para mulheres na América Latina pós-redemocratização, baseia-se no entendimento de uma democracia substantiva. Ou seja:

Entendemos que realizar o substantivo da democracia implica um nível de consolidação e de qualidade do processo democrático onde as instituições não existam apenas arroladas no papel, mas sejam fruto de um trabalho permanente e regular de garantia de que cada cidadão e cidadã tenha os seus direitos perante a lei garantidos e que tais direitos sejam, de fato, vividos/experimentados tanto na sua forma quanto em seu conteúdo. (MATOS, PARADIS, 2013, p.1)

A crítica trazida pelas Matos e Paradis (2013) ao processo de redemocratização na América Latina diz respeito justamente à estagnação do processo na formalidade, na preocupação com as instituições e seu aspecto jurídico-legal e não com o efeito real que o regime tem na vida dos cidadãos. Essa definição vai ao encontro da abordagem de Patri (1989).

A democracia como liberdade dos iguais, como extinção de todas as formas de dominação, como expressão de uma multiplicidade de racionalidades, como marco tolerante e permissível da polivalência. (PATRI, 1989, p.150)

Isso porque aborda a questão da democracia pela perspectiva do cidadão, nesse regime o indivíduo deve ter suas liberdades garantidas e ser protegido de qualquer forma de dominação. Outra vez o enfoque não está nas instituições e na legalidade delas, está no efeito que a democracia deve ter na vida das pessoas. Além desses estudos sobre democracia, é interessante observar de que maneira esse elemento é inserido nos estudos de Relações Internacionais e quais as diferentes definições que ela pode ocupar nessa área de conhecimento.

Para isso o artigo “Qual o lugar da democracia nas Relações Internacionais? Uma narrativa teórica” do autor Guilherme Casarões é fundamental; nesse trabalho o autor retoma o lugar ocupado pela democracia nas teorias hegemônicas sobre política internacional e quais as definições dadas por cada uma delas. Guilherme Casarões é doutor em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP) e professor de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco (FIRB) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A discussão que o autor traz, resumida a seguir, pretende esclarecer a posição que a democracia enquanto conceito e enquanto valor moral ocupou nos estudos acadêmico das Relações Internacionais.

A área de Relações Internacionais originou-se imediatamente após a Primeira Guerra Mundial e parte do princípio de que o controle democrático poderia reduzir ou até mesmo evitar o desenrolar de conflitos violentos entre nações. Essa lógica é herança direta dos escritos liberais na ciência política do século anterior. Portanto, nesse primeiro momento, a democracia não é somente presente como fundamental no pensamento sobre política internacional, sendo o modelo democrático a ser reproduzido no âmbito externo igual ao modelo anglo-saxão liberal. A mais notória defesa desse modelo foi o discurso do então presidente dos EUA em frente ao Congresso estadunidense no ano de 1917, Woodrow Wilson, quando ele afirmou que somente com regimes abertos à opinião pública, com discussão pública, deliberação parlamentar e solução pela maioria dos votos um caminho para a paz seria possível. Essa passagem sinaliza as características do regime democrático para essa escola de pensamento. (CASARÕES, 2012)

Já durante período entre-guerras uma outra linha teórica ganhou força. Para isso os escritos de Carr⁴ em “Vinte Anos de Crise 1919-1939” foi fundamental, ao criticar a escola liberal/idealista das décadas anteriores o autor levantou dois pontos sobre a questão

⁴ Edward Hellet Carr foi um teórico do campo das Relações Internacionais britânico, a obra mais conhecida dele é a citada no parágrafo do texto.

democrática. Conforme cita Casarões (2012, p. 48), Carr (2001, p.39) afirmou que democracia possui definições diferentes para Estados diferentes e, portanto, a aplicação dessa fórmula liberal para o sistema esperando um resultado positivo foi utópico. Outro ponto levantado por Carr (2001, p. 174) é a importância e centralidade do conceito de poder para o estudo da política internacional, sendo o poder mais importante do que os valores na interação entre Estados e ao analisar as relações entre Estados através desse aspecto a distinção entre democracias e autocracias é diluída. (apud CASARÕES, 2012, p.49)

Os escritos de Carr deram início à tendência de marginalização do tema democracia nos estudos de política internacional dominado pela corrente realista ao longo das décadas seguintes, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Os conceitos chave para essa linha teórica foram poder e segurança enquanto o diálogo entre democracia e política internacional ficou em segundo plano. Nos anos 1950 houve a “virada behaviorista”, partindo da academia estadunidense, o que significou uma abordagem focada no quantificável, mensurável em detrimento da abordagem mais tradicional que privilegiava a dedução, a filosofia e a história. No campo behaviorista das Relações Internacionais isso se traduziu no reforço da marginalização da relação entre democracia e política internacional nos estudos acadêmicos. (CASARÕES, 2012)

A próxima grande mudança nesse campo ocorreu na década de 1970, com os processos de descolonização e enfraquecimento da bipolaridade entre EUA e União Soviética. Observa-se na construção teórica das Relações Internacionais uma convivência de diferentes teorias, principalmente entre o realismo e suas correntes, as correntes marxistas e as correntes liberais. Casarões (2012) destaca os escritos de Waltz⁵ em “Man, the State, and War”, dentro das correntes realistas com uma abordagem sistêmica. Casarões (2012, p. 52) cita que, preocupado com a relação entre o Estado e a estrutura do sistema internacional Waltz (2004, p. 295) acabou por minimizar o poder explicativo das características internas ao Estado, focando a análise na terceira imagem, a qual seria o cenário da política mundial, essencialmente anárquica. E dessa forma, essa abordagem que começa a ganhar forças na década de 1970 reforça a marginalização do debate sobre democracia no campo da política internacional. A abordagem sistêmica, a partir do final da década de 1970, tornou-se predominante sendo correto apontar para uma

⁵ Kenneth Waltz foi um dos mais importantes estudiosos do campo de Relações Internacionais, pioneiro da análise estrutural do sistema internacional.

desconsideração total da questão democrática na academia de Relações Internacionais. (CASARÕES, 2012)

Com a intensificação da globalização, observou Casarões (2012), o campo teórico das Relações Internacionais passou por transformações. Casarões (2012, p. 54) cita que a ideia de interdependência complexa⁶ ganhou força pois segundo Keohane e Nye⁷ (2001, p.7-8) com os fluxos econômicos cada vez mais internacionalizados e o surgimento de empresas transnacionais o papel do Estado dentro das análises pode ser relativizado. A questão é como esse modelo aborda o tema democracia. A análise de Keohane e Nye (2001, p.21) a respeito da política internacional, segundo Casarões (2012, p. 55), toma a democracia como uma espécie de pressuposto tácito uma vez que as observações dos autores só ganham sentido em um mundo com instituições e democracias de mercado.

Até esse ponto é correto concluir que na observação da evolução da teoria da disciplina das Relações Internacionais, em especial do mainstream norte-americano, conclui-se que a questão do regime político foi aos poucos deixada na margem dos estudos sobre política internacional e completamente esquecida com as abordagens sistêmicas ganhando força. Porém, Casarões (2012) propõe o construtivismo de Wendt⁸ (1999) como opção para preencher essa lacuna. Wendt (1999, p. 229) coloca o regime político como componente da identidade de cada Estados, sendo essa fundamental para formar relações com os demais Estados que se reconhecem a partir de cada identidade, ou seja, a teoria permite a consideração da democracia como variável da política internacional a partir de um ponto de vista relacional dentro de uma abordagem sistêmica. (apud CASARÕES, 2012, p. 64) A definição de democracia considerada por Dahl (1997, p. 27) é fundamental para isso: o ideal é a democracia para um grande número de pessoas e ela é determinada pelas instituições mediadoras entre os cidadãos e o governo desde que essas sejam publicamente utilizadas e plenamente garantidas para aqueles que querem contestar o governo. (apud CASARÕES, 2012, p.65)

⁶ A interdependência complexa se refere à dependência mútua entre os diferentes Estados no contexto internacional. Mesmo que cada Estado dependa dos outros para alcançar seus objetivos na arena internacional, essa dependência é assimétrica. Ou seja, alguns Estados têm mais condições de manipular a interdependência ao seu favor do que outros.

⁷ Tanto Robert Keohane e Joseph Nye são intelectuais atuais do campo de Relações Internacionais. Ambos escrevem de um ponto de vista neoliberal e institucionalista. A obra citada foi uma colaboração entre os dois estudiosos, de fundamental importância para a academia de Relações Internacionais.

⁸ Alexander Wendt é um dos principais representantes da corrente construtivista das Relações Internacionais, ele utilizou-se de muitos conceitos trabalhados por Robert Dahl como pode ser observado nos parágrafos acima. Dahl foi um cientista político que ocupou-se da discussão de regimes políticos e cunhou o termo poliarquias.

Trazendo isso para a realidade, segundo Dahl (1997, p.31), observa-se poliarquias, ou seja, regimes políticos com considerável grau de liberalização e possibilidade de contestação política, inclusividade e participação popular. (apud CASARÕES, 2012, p.65) Visto que essa definição não estabelece o que é considerado um “grau considerável de liberalização e participação política” percebe-se uma grande possibilidade de discordância na classificação de determinados Estados como democráticos ou não. Ou seja, analistas e autoridades possuem um elevado grau de arbítrio ao definir países como democráticos ou não. Por isso existe discordância quanto a classificação de determinados países como democracias e a dependência do reconhecimento por parte da comunidade internacional para de fato ser considerada uma democracia. É possível falar de identificação mútua como implicação importante para as interações na política internacional contemporânea. (CASARÕES, 2012)

Casarões (2012) conclui que no atual sistema internacional observa-se discrepâncias significativas na “qualidade” da democracia e que a ideia de regime democrático é um conceito vago na política internacional e muitas vezes utilizado como instrumento político devido a sua arbitrariedade. O autor acredita na possibilidade de uma abertura nas pesquisas futuras para um diálogo mais concreto entre a teoria democrática e o estudo das Relações Internacionais que avance dessa aplicação vaga por parte da teoria construtivista.

Cynthia Enloe (2004) também comenta o conceito de democracia nas abordagens da política internacional. A autora reforça que tanto a noção de dignidade humana quanto de democracia ainda não são vistas como relevantes por boa parte dos trabalhos intelectuais na área e que muitos dos estudos derivam da tradição do Iluminismo europeu. Ou seja, a fé na capacidade racional do ser humano de descobrir verdades universais. Da mesma forma, existe o convencimento de que formas democráticas de governar estão ao alcance daqueles que realizaram seu potencial humano da racionalidade esses, segundo Enloe, são homens assimilados à cultura ocidental. Dessa forma, interpretam a democracia como um aspecto dado, natural e preexistente sem necessidade de discussão ou debate acadêmicos na área de relações internacionais. Por isso, segundo Enloe, poucos dos acadêmicos do mainstream de RI propõem-se a discutir definições de democracia ou admitiriam utilizar-se de valores democráticos de origens teóricas socialistas ou feministas. (ENLOE, 2004, p. 21)

Feita essa necessária exposição, as definições de democracia a serem levadas em consideração para as partes seguintes são, primeiramente, a abordagem de Lima (2004) pois ela é fundamental para a conexão entre regime político e a mídia. Pois estabelecendo a publicidade

das informações como fundamental para um regime democrático reforça a noção de que uma imprensa livre é requisito básico para a democracia. Além disso, também deve ser considerada a definição de Patri (1989) pois a noção de liberdade, extinção das formas de dominação e discriminação são valores profundamente democráticos que precisam ser respeitados inclusive pela mídia. É nesse ponto que mora a crítica à mídia desenvolvida no presente trabalho, pois mesmo entendendo que a imprensa é necessária à democracia ela deve respeitar esses valores e não reproduzir discursos discriminatórios e reforçadores de desigualdades.

Os estudos acadêmicos sobre a mídia brasileira e o papel político dela apontam para algumas teses centrais, importantes para o entendimento desse ator na sociedade. A primeira, que é relevante para o presente estudo, trata do envolvimento da mídia nas mais diversas esferas da sociedade. Isso ocorre devido ao papel central da mídia para a construção do conhecimento público. Esse é essencial para que cada indivíduo tome decisões a respeito das mais variadas atividades humanas de determinada sociedade. E dessa forma é uma das instituições presentes na socialização dos indivíduos tornando-se central no processo pelo qual o indivíduo internaliza a cultura do seu grupo assim como absorve as normas sociais. (LIMA, 2004)

Essa influência no processo de socialização ao longo do tempo, a longo prazo, permite à mídia construir uma realidade através da representação que faz dos diferentes elementos da vida cotidiana (por exemplo das etnias, do gênero, da estética entre outros). É dessa maneira que a mídia constrói simbolicamente a atividade política, é dessa forma que a política recebe um significado. Sendo a política definida como a atividade pública e a mídia detentora de definir quais assuntos são públicos, a primeira não existe sem a segunda. Portanto, ao ser a principal responsável pela socialização política do indivíduo no mundo atual e ao construir o significado de diversos elementos da vida humana, incluindo nisso a política é possível afirmar que a mídia tornou-se um ator político. (LIMA, 2004)

Em resumo, a mídia têm uma função central na produção, sustentação e transformação das representações das mais variadas realidades socioculturais. Referindo-se à política, essa função incide nas ações daqueles que ocupam cargos políticos. Essas representações influenciam a opinião pública, os eventos políticos e até mesmo as eleições tornando a mídia um ator desse complexo cenário. (GOMES; BARBARA, 2011)

A chamada “Era da comunicação em massa” teve seu início no século XIX com a expansão dos jornais e a invenção do telefone. Mais tarde, consolidou sua implementação com

o surgimento do rádio e da televisão no século XX. A partir disso percebe-se a expansão intensa das formas de comunicação. Acontece que com os avanços tecnológicos na comunicação, a invenção e difusão da internet observa-se hoje um novo modelo midiático. Esse caracteriza-se principalmente pela comunicação abrangente, transnacional que rompe as fronteiras entre territórios. Atualmente é possível assistir as notícias ao redor do mundo em tempo real, o mundo assistiu aos ataques de 11 de setembro, as guerras do Afeganistão e do Iraque, a morte de Osama Bin Laden entre tantos outros fenômenos. (DESGUALDO, 2014)

A internet trouxe um novo modelo midiático, a velha mídia era composta por um emissor e diversos receptores mas agora é concedido a todos a oportunidade de falar e ouvir. É uma comunicação “todos para todos”. E partindo do fato de que os veículos de comunicação de massa têm a possibilidade de manipular um grande público através do seu poder de persuasão nos campos social, econômico ou político pode-se estabelecer que o mesmo acontece nesse novo contexto. O compartilhamento de informações nas redes sociais é público, as notícias são repercutidas em escala geométrica mesmo se não forem verídicas e geram reações reais na sociedade. (DESGUALDO, 2014)

No Brasil, o poder da mídia é exercido pelos veículos midiáticos, especialmente a TV com a crescente força da internet. Em 2016, a “Pesquisa Brasileira de Mídia – Hábitos de Consumo de Mídia” foi divulgada pela Secretaria de Comunicação Social do governo e os dados apontam que: quase 90% dos brasileiros se informa sobre os acontecimentos pela televisão e a internet está em segundo lugar como o meio preferencial de 26% dos brasileiros. Entre as emissoras de televisão no Brasil, o destaque é da Rede Globo com seu alcance quase total no território, mesmo com a crescente perda da audiência para os canais da internet. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE de 2017 corroboram essa tendência, 74,9% dos domicílios brasileiros utilizam a internet.

Independente do meio de comunicação preferido, o alcance desses meios é de uma escala nunca antes vista na história humana. O grande apelo popular desses meios e o possível viés político atrelado a eles são uma forma de influência na opinião pública e na representação da política. É uma forma de comunicação em massa capaz de exercer influência sobre o comportamento humano. (DESGUALDO, 2014)

A violência de gênero e o discurso da mídia

Esclarecida a relação direta entre a mídia e a política, precisa-se discutir o que é dito por esse ator, ou seja, qual é o discurso midiático e quais as suas origens. Ele consiste em um conjunto de enunciados que sustentam-se na mesma formação discursiva e é por meio dele que as práticas sociais são verbalizadas. Através de disputas e embates no campo discursivo são realizadas transformações sociais, políticas e históricas, práticas entre outras (SILVA, 2019). Parte-se do entendimento de que o discurso é um elemento de prática social que considera o contexto sociopolítico e ideológico da sociedade que o produz (GOMES; BARBARA, 2011).

Em uma sociedade observa-se que existe uma relação próxima entre conhecimento e poder, segundo Foucault (2004) o discurso que ordena as normas sociais de determinada sociedade é o discurso de quem detém o saber. (apud SILVA, 2019, p. 50) Segundo Foucault (2004) o discurso é a verbalização da prática social em que estamos inseridos, assim, tem energia formadora ao viabilizar a materialização de ideologias de forma que produz e reforça relações sociais que são hierarquizadas, em que promove o preconceito e a segregação contra determinados indivíduos. (apud SILVA, 2019, p. 51) Foucault (2007, p.10) reforça que é sob esse viés que discurso significa poder pois produz indivíduos governáveis por meio de estratégias de controle e estabelecimento de condutas aceitáveis para os membros de determinada sociedade. Ao estabelecer o que é “normal” e “aceitável” condiciona-se a autonomia dos sujeitos. (apud SILVA, 2019, p. 52)

Portanto, se o discurso midiático é produzido em um contexto sociopolítico patriarcal existe uma norma que rege o comportamento e a aparência das mulheres, um padrão que seria o aceitável. Consequentemente, esse padrão se manifesta na mídia. Em sociedades regidas pela cultura patriarcal é possível observar que há uma imagem ideal de mulher e esta é imposta como meta, para as mulheres dentro dessa sociedade. Constrói-se essa imagem através dos padrões culturais de cada sociedade. Essa imagem idealiza desde a aparência estética, roupas a serem vestidas e até comportamentos que as mulheres devem ter. Essa figura idealizada, supostamente sendo a definição essencial do que é ser mulher, chama-se de feminilidade. É importante frisar que existe um mesmo ideal de aparência e comportamento esperado dos homens, chamado de masculinidade, mas foge da presente análise. (BERALDO, 2018)

A questão da feminilidade

Para o estudo antropológico desse fenômeno o trabalho de Margareth Mead foi de fundamental importância. No livro “Sexo e temperamento em três sociedades primitivas” a antropóloga cultural expõe os resultados de sua extensa pesquisa de campo que realizou com os povos Tchambuli, Mundugumur e Arapesh. Ela investigou as divergências entre as personalidades atribuídas aos membros de cada um desses grupos, de acordo com o sexo biológico do indivíduo.

O estudo começou com a tese da autora: certos traços humanos foram socialmente atribuídos como específicos de um único sexo enquanto outros o foram ao sexo oposto. Esse processo passa por uma racionalização que conclui que esse comportamento socialmente selecionado na verdade seria natural. A autora concluiu o estudo sobre as três tribos expondo que as atitudes temperamentais que se associa tradicionalmente a um dos sexos não são de fato comportamentos ligados ao sexo biológico e sim resultado do condicionamento social exercido dentro de determinada cultura. Os dados analisados por Mead (2000) provam que o impacto da cultura integrada sobre o crescimento de um indivíduo é capaz de moldar tal comportamento e que a padronização das diferenças de personalidade entre os sexos são criações culturais às quais cada um nessa sociedade é treinado a conformar-se. A autora reforça que a coerção social exercida com a finalidade de induzir o indivíduo a comportar-se como membro do próprio sexo é um dos instrumentos mais fortes com que a sociedade tenta moldar a criança em crescimento.

Segundo Mead (2000), a partir de diferenças temperamentais que existem entre seres humanos, no momento em que os indivíduos são incorporados ao mundo adulto alguns desses comportamentos são selecionados como desejáveis. Essa seleção leva em conta os grupos sociais de que cada um faz parte: etário, sexo entre outros. Sendo que é o segundo grupo que está sob análise, a autora observa que os traços presentes em alguns dos membros de cada um dos sexos são especialmente atribuídos a um deles e denegado ao outro. Esses arranjos arbitrários permeiam a história da definição social das diferenças dos sexos.

Observa-se também o fenômeno dos inadaptados, indivíduos para os quais esses arranjos arbitrários dentro da cultura parecem absurdas e até erradas, sendo insustentável para esse grupo seguir essa norma cultural. Muitas vezes esses grupos são marginalizados, agrupados como neuróticos, alienados ou radicais. (MEAD, 2000)

Outro estudo fundamental sobre a questão da feminilidade está presente no livro *A mística feminina* de Beth Friedan (1971). A autora observa que nos quinze anos seguintes à Segunda Guerra Mundial a cultura estadunidense estava centrada na mística da realização feminina, as imagens e fotos de esposas suburbanas, dedicadas ao marido, aos filhos e ao lar presentes principalmente nas revistas com público feminino serviam de molde para a vida de milhões de mulheres. Nessas revistas, nas colunas, livros e artigos a voz da tradição estabelecia a vivência da feminilidade como o melhor destino para a vida da mulher. Os assim chamados especialistas lhes ensinavam tudo relacionado à vida familiar e os cuidados domésticos e que uma mulher verdadeiramente feminina não desejaria uma carreira, educação ou lutar por direitos políticos. A feminilidade era aplaudida publicamente por esses meios, com destaque para as revistas, e a dona de casa dos subúrbios concretizava o sonho da mulher estadunidense. (FRIEDAN, 1971)

Porém, nesses quinze anos a insatisfação das mulheres com as suas próprias vidas foi aos poucos se manifestando, mesmo que envergonhadas ao não se sentirem bem com a vida dita “perfeita”, as experiências foram compartilhadas entre semelhantes. Ao ponto de ser reconhecido como um problema, um problema sem nome. Friedan observa que nas décadas de 1950 e 1960 as queixas de infelicidade e insatisfação das mulheres suburbanas na verdade eram sintomas desse outro problema a ponto de, no ano de 1960, explodir a bolha da imagem feliz da dona de casa estadunidense com o fenômeno preocupando profissionais da saúde assim como as revistas e jornais da época. Segundo a autora esse mal que acomete as mulheres em questão é a expressão de uma insatisfação que as consome internamente visto que dedicaram-se à realização do seu papel feminino idealizado pelos assim chamados especialistas e perceberam que, na realidade, queriam algo a mais do que uma vida resumida à família e ao lar. (FRIEDAN, 1971)

Discutir a feminilidade se tornou importante para a compreensão dos mais diversos fenômenos, inclusive os debates da política internacional. Como visto na introdução, Enloe define o patriarcado como o sistema que privilegia a masculinidade. Dessa forma, tudo que remete à feminilidade, uma noção bastante volátil que pode se transformar ao longo do tempo, é ridicularizado e excluído. Enloe (2004) entende que o atual estágio de globalização se mantém devido à habilidade de tornar e manter a mão de obra barata no capitalismo global e ela vê a feminilidade como um instrumento utilizado para isso. O exemplo exposto pela autora diz respeito às multinacionais que na década de 1970 estabeleceram-se na Coreia do Sul. Segundo Enloe (2004), houve um esforço conjunto das multinacionais e do governo coreano para alterar

a percepção local sobre a “respeitabilidade” das mulheres. Foi necessário tornar o fato de trabalhar nas fábricas, muitas vezes longe da família, como algo respeitável para as mulheres. Contribuir para o desenvolvimento econômico do país seria algo que a tornaria digna de respeito.

Esse foi apenas um exemplo de como a respeitabilidade e a feminilidade são utilizadas na política internacional. Ao longo de seus estudos de ciência política, Enloe (2004) nota essas ferramentas e chama a atenção para o silenciamento que elas impõem às mulheres. Por muito tempo foi, e muitas vezes ainda é, considerado impróprio uma mulher se pronunciar em reuniões públicas, no espaço político. Com o ato de falar em público as mulheres desafiam a autoridade mas também da respeitabilidade. Exposto isso, a autora ressalta a importância de estudar qual o padrão de feminilidade e de respeitabilidade aos quais as mulheres de determinada sociedade estão submetidas, porque ele afeta a política doméstica e consequentemente a internacional.

Para Enloe (2004) não existe compreensão completa do fenômeno poder nas relações internacionais sem entender de que forma a feminilidade se articula dentro da sociedade analisada e qual o lugar que ela confina às mulheres. Muitas das vezes o lugar predestinado por esse valor é o espaço privado, longe da política e da articulação pública. Por isso, segundo a autora, ao romper com essa imposição (por exemplo os movimentos sufragistas ao redor do mundo) as mulheres sofrem represálias e causam alarde. Dessa forma, perguntar onde estão as mulheres na política doméstica e na política internacional e de que forma elas se comportam e se sentem nessa posição é uma investigação fundamental para a compreensão efetiva do poder político.

O fato que intelectuais de campos distintos, desde a antropologia e até a política internacional, tenham dedicado boa parte de seus escritos para a questão da feminilidade e o que ela implica dentro de uma sociedade corrobora com a afirmação de que a questão de gênero é onipresente e estrutural. Ou seja, o machismo, a misoginia e o sexismo se manifestam nas mais diversas instâncias, seja na mídia nacional ou internacional, na política nacional ou internacional pois são manifestações de um mesmo fenômeno presente globalmente. Por isso Enloe (2004) argumenta que a divisão entre o nacional e o internacional não tem importância quando analisamos essas questões e isso permite que os diferentes campos do saber a analisem.

A feminilidade no discurso da mídia

Após expor a instrumentalização da feminilidade para a exclusão de mulheres do espaço político cabe agora conectá-la à construção do discurso na mídia. Pode-se entender a mídia como um ator da reprodução ou transformação de práticas, valores e instituições que compõem as atuais formas de representação da participação política nas democracias e que legitimam as relações de gênero vigentes na sociedade. (BIROLI, 2010) Ela reproduz e transforma os julgamentos e valores que organizam a esfera política. Por exemplo, os noticiários jornalísticos participam da reprodução dinâmica de discursos já historicamente cristalizados nos quais observa-se oposição entre masculinidade e feminilidade e papéis convencionais de gênero. Os novos discursos têm sua produção limitada por pressupostos e condições que atualizam essas representações de gênero em que a mulher existe à margem do campo político. (BIROLI, 2010)

O estudo de Mary Beard em *Mulheres e poder: um manifesto* (2018) sobre a voz pública das mulheres revela algumas reflexões interessantes. A autora expressa seu interesse na relação histórica entre o momento clássico na Grécia e Roma Antiga e a cultura contemporânea em que as vozes femininas não são publicamente ouvidas na política, no local de trabalho, entre outros. Beard (2018) busca explorar a relação entre a voz das mulheres e a esfera pública de discursos, debates em esferas diversas desde empresas a sessões em órgãos representativos estatais. Ela aponta para uma evidente surdez.

Para a autora, por trás do fenômeno do silenciamento das mulheres existe uma história longa e complicada. Desde os primeiros registros da Antiguidade pode-se observar uma clara exclusão das mulheres do discurso político e um esforço para ostentá-la. Em parte esse “silêncio” é reflexo do esvaziamento geral do poder da mulher, sem direito ao voto, com independência legal e econômica parciais. Porém, a autora observa que, a exclusão se intensifica quando referente ao discurso político. Essa exclusão baseia-se nas convenções e suposições sobre a voz das mulheres sendo essa vista como inadequada para o espaço político. A autora estabelece que o discurso público, a habilidade da oratória eram definidoras da masculinidade como gênero. Tornar-se homem significa reivindicar e exercer o direito de falar e discursar em público, esta era, portanto, uma característica definidora da masculinidade. (BEARD, 2018)

Mesmo que muitos dos exemplos trazidos pela autora⁹ se localizem temporalmente na Grécia ou Roma Antiga, ela afirma que essa ideologia não é particular de um tempo distante. A política atual herdou a tradição do discurso ligado ao gênero uma vez que as atuais regras de debates e discursos públicos, suas convenções e tradições foram formuladas no Renascimento assim como as técnicas de retórica e persuasão presentes em manuais sobre o assunto até os dias de hoje. A herança clássica forneceu os critérios para pensar e julgar a validade do discurso público. (BEARD, 2018)

Beard (2018) afirma que o gênero é componente dessa herança, uma vez que observa o tratamento hostil dado a mulheres que reivindicam a sua voz no espaço público. Elas são tratadas como aberrações andróginas como, por exemplo, ocorreu com um mulher chamada Mécia. No século I d.C, ela conseguiu defender-se nos tribunais e a ela foi atribuída uma “natureza masculina”. Outro exemplo, da mesma época, foi a defesa de Afrânia que advogava por si mesma enquanto ela foi retratada como “insolente” e cansativa com seus “latidos” e “grunhidos”. A autora compara essas histórias antigas aos ataques que ela mesma sofre nas redes sociais toda vez que vai à TV ou a rádio para falar, entre eles estão xingamentos e ameaças.

Segundo Beard, vários aspectos desse tradicional pacote de ponderações, com mais de 2 mil anos, sobre o discurso político adequado ou inadequado ainda estão subjacentes nas nossas considerações sobre a voz feminina em público atualmente e, por isso, esses ataques seguem acontecendo. Essa agressividade e brutalidade são tentativas de expulsar as mulheres ou mantê-las fora da conversa masculina. As práticas vão desde os comentários nas redes sociais até interrupções violentas do discurso de uma mulher no Parlamento.

Os reflexos dessas práticas que datam de mais de 2 mil anos estão evidentes nos dias atuais. As estatísticas disponíveis no site da Justiça Eleitoral¹⁰ corroboram a afirmação de que o espaço político brasileiro é dominado por homens. Mesmo com 52,50 % do eleitorado de 2018 sendo composto de mulheres, apenas 16,11% dos eleitos do mesmo ano foram mulheres, da mesma forma apenas 12,11% dos reeleitos de 2018 eram mulheres. Esses dados refletem na representatividade das mulheres na política, na câmara, por exemplo, somente 77 dos 531 dos deputados são mulheres. Dessa forma o Brasil ocupa a posição 134 entre 193 países avaliados

⁹ A autora traz exemplos como a história da Penélope e Telêmaco na *Odisseia*, a comédia de Aristófanes, o épico mitológico *Metamorfoses* de Ovídio entre vários outros para ilustrar a maneira como as mulheres que tentam falar em público eram retratadas.

¹⁰ Disponíveis em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/participa-mulher/#estatisticas>

pelo Mapa Mulheres na política de 2019, relatório produzido pela Organização das Nações Unidas, no quesito representatividade feminina no Parlamento. Segundo o mesmo relatório, Brasil ocupa a posição 149 entre 188 países no ranking de representatividade feminina no governo como um todo. Os dados também apontam que o governo de Jair Bolsonaro possui somente 9% de representatividade feminina entre os seus ministros, muito abaixo da média mundial que é de 20,7%. (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2019)

A cobertura midiática das mulheres na política

A questão da construção de um discurso é analisada por Biroli (2010), a autora retoma os filtros presentes nessa produção e os mais comumente observados são as produções de silêncios e de invisibilidade. Dessa forma, constata-se uma presença reduzida e marginal das mulheres nos noticiários políticos. E a representação das mulheres na política, quando ocorre, reforça uma série de estereótipos ligados aos papéis de gênero a partir do que é considerado feminino ou masculino nas relações de gênero vigentes. Esses são produtos de uma dinâmica social complexa que inclui determinação de papéis diferenciados, hierarquizados para homens e mulheres. Tais estereótipos são narrativas que passam a ser empregadas na mídia no momento em que os holofotes se voltam para as mulheres na vida política. (BIROLI, 2010)

Biroli (2010) utiliza o conceito de papéis de gênero na sua abordagem, esse termo expressa uma noção de rigidez dos significados de feminilidade e masculinidade ao longo da história. Não há consenso em relação ao uso desse conceito, o trabalho de Joan Scott (1990), por exemplo, apresenta outra abordagem. Em um primeiro momento a autora discute a utilização do termo “gênero” em si, ela afirma que essa palavra expressa o caráter fundamentalmente social da distinção feita entre os sexos e ao mesmo tempo destaca o aspecto relacional das definições de feminilidade. Ou seja, para Scott, feminilidade não é rígida e sua definição vem das relações entre homens e mulheres em um determinado momento, essa definição não pode ser compreendida por um estudo de um dos sexos separadamente pois ela nasce da interação, da relação de gênero. E isso permite uma análise histórica, pois ao aceitar a fluidez das relações de gênero ao longo do tempo o estudo do “gênero” evidencia as mudanças nas relações sociais e relações de poder em um determinado período ou contexto. (SCOTT, 1990)

Ou seja, para Scott (1990) é necessário rejeitar a noção de rigidez e reafirmação de uma representação binária do gênero, com dois papéis fixos desempenhados e atribuídos pelo sexo.

A utilização da categoria de papéis de gênero por Biroli (2010) talvez reforce essa noção binária e rígida, mas é adequada por referir-se a elementos presentes no discurso midiático sobre mulheres. Porque esse discurso é uma ferramenta de manutenção das relações de gênero assim como uma expressão delas e no contexto histórico analisado essas relações de gênero se dão pelo estabelecimento e imposição de papéis a serem desempenhados pelas pessoas de cada um dos sexos. A categoria de papéis de gênero faz sentido nessa abordagem.

Como já foi dito anteriormente a mídia é um contexto educativo mesmo não sendo formal. Ela dissemina orientações aos indivíduos de forma a estimular determinadas práticas em detrimento de outras. Um aspecto dessas orientações diz respeito à forma correta de ser homem ou mulher, ou seja, reproduz os ideais de feminilidade e masculinidade e acaba por naturalizá-los. Existe uma clara dicotomia entre a feminilidade - passividade, recato e obediência - e a masculinidade - atividade, força e liderança. A mídia possibilita observar como as relações de gênero são estabelecidas por determinada sociedade, ela aponta para os significados culturais associados às mulheres e aos homens por essa sociedade. Os significados são constantemente produzidos e reproduzidos no dia a dia e produzem os comportamentos que são socialmente desejados de homens e mulheres, aquilo que é esperado de cada um deles. (SANTANA, 2017)

Dessa forma, a mídia utiliza-se da linguagem, do discurso e seus meios para naturalizar uma interpretação ideologizada da realidade, papéis sócias, crenças além de reforçar ou sustentar preconceitos e as relações de poder. A mídia, portanto, serve como forma de divulgação e reforço das normas sociais vigentes. (SGARBIERI, 2005)

Percebe-se o discurso como elemento de prática social que leva em consideração o contexto sociopolítico e ideológico além das relações de poder da sociedade em que ele é produzido. A mídia, através do discurso, liga-se portanto a elementos políticos e econômicos, inevitavelmente. Ela incorpora elementos da realidade, a modula, redimensiona e a recria de modo a reforçá-la ou não. (SGARBIERI, 2005)

O papel que a mídia desempenha na produção, sustentação e transformação de representações de diferentes realidades socioculturais é de fundamental importância. Ao se tratar de política esse papel incide nas ações dos políticos. As representações influenciam a opinião pública e também os próprios processos eleitorais. A representação é uma forma de recontextualizar as práticas sociais realizadas na sociedade e a linguagem da mídia têm um valor

potencial na manutenção, produção e transformações dessas representações. (GOMES; BARBARA, 2011)

Algumas dessas representações remetem ao entendimento tradicional e geralmente aceito de que a esfera pública é o lugar de pertencimento dos homens enquanto a esfera privada, o lar é determinado à mulher. Esse tipo de afirmação origina a exclusão feminina da esfera política e um sentimento de desinteresse natural das mulheres pela vida política e seus assuntos. Outra representação frequentemente referenciada é a da loucura tipicamente feminina. No século XIX o campo das ciências médicas se dedicou à tarefa de definir as diferenças psicológicas entre os sexos. A partir de então é estabelecida a condição inferior das mulheres em relação aos homens ressaltando os perigos intrínsecos a elas. Todas aquelas que apresentassem ruptura com os papéis de gênero estabelecidos eram classificadas como vulneráveis, histéricas e pervertidas. Atualmente, mulheres que rompem com o ideal de feminilidade seguem sendo taxadas da mesma forma. (SILVA, 2019)

Essa associação da imagem de histeria e desequilíbrio emocional às mulheres é resultado de um longo processo histórico de construção desse estereótipo. Na Idade Média, segundo Priore (1999), os sujeitos femininos eram classificados como a expressão do “Mal sobre a Terra” pela Igreja Católica, como corpos com características inatas tipificadas como transtornos, inclusive a loucura. (apud SILVA, 2019, p.81) No século XIX o campo da medicina esforçou-se para definir as disparidades tanto de natureza física e quanto psicológica entre homens e mulheres. Foi estabelecida então a condição inferior da mulher e foram ressaltados os perigos intrínsecos a elas, sua natureza foi caracterizada como sedutora, vulnerável, histérica e pervertida. Além disso, o diagnóstico de loucura era utilizado para categorizar sentimentos e reações rotineiras como patologias. Portanto o discurso médico no século XIX colocava a natureza das mulheres como potencialmente patológica e assim propensa a perturbações e o matrimônio e a maternidade supostamente curariam a histeria feminina. (SILVA, 2019)

O diagnóstico de histeria, de acordo com Colling (2015, p.194) estava associado a qualquer tipo de comportamento que configurasse uma ruptura com as normas de gênero estabelecidas para as mulheres na determinada sociedade. Dessa forma, para fazer parte do padrão de “sanidade feminina” era necessário se adequar à maternidade, matrimônio, os cuidados domésticos, entre outros. (apud SILVA, 2019, p.82) Swain (2013) aponta que consequentemente mulheres que demandassem por direitos civis, políticos e o controle sobre seus próprios corpos eram estigmatizadas, rebelar-se ou insubordinar-se significava ser

prontamente diagnosticada com “crise de loucura”. Ao não se conformarem com padrões hegemônicos de gênero as mulheres eram classificadas como insanas e penalizadas por meio de tratamentos terapêuticos, marginalização ou isolamento. (apud SILVA, 2019, p.82)

Outra representação que vem das normas sociais às quais a mulher está sujeita há séculos é a ideia de que ela deve ser bela, dócil, delicada, inferior, submissa e recatada. O discurso a partir dessa representação atua para reduzir a mulher a uma condição de subalternidade e silenciamento, ela é educada para o lar, os filhos e portanto para longe da esfera pública, política. Ela é excluída das esferas de poder enquanto aos homens a vida pública, a liderança, a força e o poder são apresentados como naturais. (SILVA, 2019)

Ou seja, a mídia enquanto ator social reproduz discursos que estão enraizados no ideário coletivo inclusive em relação às mulheres. Como visto anteriormente, esse ideário confina as mulheres ao lar, julga-as incompetentes para as atividades políticas, estabelece um ideal de aparência e comportamento, entre outros. Quando as mulheres desafiam esses valores, ocupando cargos públicos e conquistam um espaço no processo de tomadas de decisão, a mídia cumpre seu papel enquanto agente do controle social e as desqualifica, deprecia, hostiliza apelando para os valores patriarcais anteriormente citados. E é dessa maneira que a mídia se torna um ator de violência política de gênero.

Com base nisso, passamos para a observação da realidade, especificamente a realidade da primeira mulher que ocupou a presidência da República Federativa do Brasil. Porém antes de analisar o período da presidência de Dilma Rousseff, existem episódios anteriores que mostram de que forma mulheres na política brasileira são tratadas. Enquanto era pré-candidata e ainda ministra, Dilma passou por um processo de somatização na mídia, principalmente em reportagens, isto é, ela foi representada pelas partes do corpo. Observa-se as manchetes da Veja em 2008 e 2009 conforme citadas por Gomes e Barbara (2011):

Os cabelos, outrora curtos e castanho-escuros, ganharam um tom avermelhado mais claro e uma **ligeira franja que esconde** parte da testa. O resultado final pode ser resumido em uma palavra: suavidade (Veja, 2008).

O câncer no palanque. O governo tenta transformar um assunto grave e delicado, a doença da ministra Dilma Rousseff, em trunfo para a campanha presidencial do próximo ano (Veja, 2009).

Pode-se perceber que tratam das transformações estéticas e dos problemas de saúde pelos quais ela passou no ano de 2008. Ao referir-se à Dilma dessa forma, partindo de aspectos físicos de seu corpo, ela é resumida, reduzida a isso: um corpo. Alienada de sua capacidade intelectual, Dilma foi representada como um mero objeto, passiva e ignorante. Na mesma época, muitas das manchetes tentam mostrar ao público que Dilma estava envolvida no jogo político do partido além de ser marionete do então presidente Lula. Conforme citado por Gomes e Barbara (2011): “Para patrocinar Dilma, Lula tinha de torná-la conhecida. E tem sido eficaz nisso” (Época, 2009). E outros exemplos:

Lula espera transformar parte de sua popularidade recorde, que chega aos 70%, em votos para Dilma. **Para receber a herança bendita**, porém, a ministra precisa se tornar conhecida (Istoé, 2009).

A candidata preferida de Lula à sucessão é a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Ele não tem desperdiçado uma tentativa de deixar claro que **quer presenteá-la com seus formidáveis índices de aprovação popular** (Época, 2009).

Ou seja, fica evidente que as manchetes sugeriam que ela chegaria ao cargo não por sua competência e habilidade e sim será colocada pela competência e habilidade de Lula. Isso reforça a alienação associada à imagem de Dilma e corrobora a narrativa de incompetência feminina para a política. (GOMES; BARBARA, 2011)

Ao ocupar um cargo com tamanha proeminência política, contrariando extremamente o estereótipo da mulher desinteressada pela política, o fato de ser mulher foi instrumentalizado para críticas relacionadas à condução do governo de Dilma Rousseff. Ela enfrentou ataques misóginos da mídia, dos partidos e dos parlamentares da oposição desde o momento em que assumiu o cargo. Um dos exemplos observados foi a clara insistência dos meios de comunicação em usar o termo masculino “presidente” para fazer menção a ela mesmo após Dilma Rousseff afirmar que ela preferia o termo presidenta já que a língua portuguesa permite o uso desse termo. Ignorar esses fatos configurou um claro apagamento da identidade política feminina. (ZDEBSKYI; MARANHÃO; PEDRO, 2015) Além disso, outro exemplo foi a revista ISTOÉ com matérias questionando a estabilidade emocional e sanidade mental da presidenta o que remete claramente à teoria da incapacidade da mulher de controlar as emoções e ser racional com a capa que foi apresentada no início desse capítulo.¹¹

¹¹ Disponível em: https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/

Outro episódio foi a campanha com adesivos nos carros (Anexo I), com a presidenta com as pernas abertas na abertura do tanque de gasolina, simulando assim a penetração com a mangueira de gasolina. Um claro desrespeito à figura da presidenta e um ataque simbólico ao seu corpo. Além disso, Dilma foi alvo de ataques em redes sociais com comentários de teor machista e misógino que apelavam para as características físicas da presidenta. Durante a votação do impeachment uma grande parte da oposição reforçou a importância da instituição familiar, nos moldes tradicionais, em que a mulher exerce o papel de cuidadora dos filhos e do lar. Implicitamente esse discurso critica a presidenta Dilma por transgredir essa noção tradicional do papel da mulher na sociedade. Isso ficou ainda mais claro quando uma reportagem da revista *Veja* enaltece a então vice primeira dama Marcela Temer como “bela, recatada e do lar”, ou seja, a mulher ideal. (ZDEBSKYI; MARANHÃO; PEDRO, 2015)

Para o desenvolvimento deste capítulo a tese de doutorado de Perla Haydee da Silva e suas reflexões foram fundamentais. O trabalho intitulado “De louca a incompetente: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff” apresentado no programa de pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) em 2019 visou analisar linguisticamente os comentários sobre Rousseff por usuários de uma rede social na página do Movimento Brasil Livre (MBL). A análise exposta mostrou o teor profundamente misógino das críticas a presidenta e assim exemplificou perfeitamente a violência discursiva à qual mulheres na política estão sujeitas. Muito do referencial teórico dessa tese auxiliou na construção deste capítulo e está referenciado mais acima além de fornecer exemplos que corroboram a hipótese.

Perla Haydee da Silva observou que ainda no momento da escalada das tensões políticas antes do impeachment, houve o vazamento ilegal de uma conversa telefônica entre a presidenta e Lula. Desse episódio originou-se a expressão “tchau, querida”, na ocasião, dita por Lula ao se despedir no final da chamada. Porém, tal expressão virou um slogan bastante utilizado nas campanhas contra a presidenta, usado em imagens, charges e reportagens sendo marcado pela ironia. Ao utilizar essa expressão que remete a conversas coloquiais entre mulheres, o termo “querida” sendo uma expressão de tratamento entre elas, para colocar-se contra uma mulher que saiu dos espaços de relações cotidianas para uma posição central na política evidencia-se a desqualificação implícita que “tchau, querida” carrega. (SILVA, 2019)

A amostra de comentários selecionados pela autora pode ser dividida entre aqueles que questionavam a sanidade mental da presidenta e outros que questionavam a sua inteligência,

sua capacidade intelectual. Enquanto o primeiro grupo reforçava o estereótipo da loucura feminina e descontrole emocional, o segundo reproduzia a falsa noção de inferioridade intelectual das mulheres. (SILVA, 2019)

Ao referir-se a presidenta como “louca, maluca, desequilibrada” questionava-se a sanidade mental de uma mulher que rompia com os padrões socialmente estabelecidos para o comportamento feminino. Produzir uma imagem de Dilma como histérica e desequilibrada está associado a um longo processo histórico que construiu o estereótipo de loucura e histeria do corpo feminino. Esse estereótipo é um instrumento de afastamento das mulheres de espaços em que predomina o raciocínio e uma ferramenta da depreciação da inteligência das mulheres, taxadas de impulsivas e instáveis. Além disso, o uso recorrente de adjetivos como “burra, anta, mula, analfabeta” renovam o antigo estereótipo da mulher com capacidade intelectual sempre inferior ao homem, respaldado no imaginário social. (SILVA, 2019)

Em outros comentários foi possível observar um padrão diferente: a ocorrência de hostilidade e de insultos com caráter misógino. Esse tipo de enunciados tendem a condenar sua moral sexual com o uso de termos que remetem a isso e outros que associam a imagem de Dilma ao grotesco, sujo, nojento. Ao condenar um suposto comportamento sexual como imoral os comentários procuram desqualificar a mulher e retoma a imagem da mulher pública e promíscua. Associar essas imagens à presidenta mostra a insistência misógina em associar as mulheres com adjetivações depreciativas ao desobedecerem as regras de conduta socialmente estabelecidas. Ou seja, ao não seguir as ideias estabelecidas para o comportamento considerado feminino e, por exemplo, ocupar cargos políticos a mulher é alvo desse discurso depreciativo e desqualificador. A presidenta Dilma foi taxada de mulher indigna por atrever-se a invadir as esferas públicas da política, supostamente reservado aos homens. (SILVA, 2019)

Por fim, ao associar Dilma a uma loucura considerada feminina, tida como “natural” a uma “burrice” intrínseca e um comportamento sexual imoral procura-se desqualificá-la não enquanto política mas enquanto mulher. A motivação encontra-se no seu comportamento desviante, ao ser mulher e não obedecer às normas sociais e seus papéis de gênero ela vira alvo de uma violência implícita e uma censura moralizante de um discurso profundamente misógino. (SILVA, 2019)

Os exemplos expostos acima mostram que o discurso midiático, além de sua função informativa exerce uma função de controle social ao tratar mulheres na política de maneira

diferenciada em relação aos homens, no mesmo cargo. Além disso, reforça a desigualdade de gênero ao apelar para os valores patriarcais contidos no ideal da feminilidade a fim de depreciar mulheres que rompem com esses ideais ao ocuparem cargos públicos. Ao retomar a definição de violência política de gênero apresentada na introdução percebe-se que de fato os exemplos trabalhados nesse capítulo apontam para os veículos de comunicação como um dos atores dessa violência: hostilidade velada ou explícita, física ou verbal contra mulheres nos espaços políticos, com o objetivo claro de restringir ou dificultar o acesso pleno aos direitos políticos das mulheres simplesmente por causa de seu gênero. (ALBAINE, 2017)

CAPÍTULO 2

Com o presente capítulo visa-se introduzir o tema do uso da fotografia no jornalismo, inclusive no meio eletrônico, os desafios de interpretar imagens desse tipo e por fim trazer exemplos ilustrativos do uso dessas imagens na construção de um discurso crítico à Dilma Rousseff que reforça as hierarquias de gênero. Ou seja, exemplos da atuação da mídia como perpetrador de violência política de gênero.

As imagens no jornalismo *online*

Na Europa, a fotografia chegou à imprensa por volta de 1842 e sua assimilação foi lenta pois mesmo que o registro fotográfico dos acontecimentos tenha se tornado cada vez mais comum ainda faltava a técnica para colocar esses registros no jornal. Foi somente nos anos 1920 que retratos de políticos e personalidades civis passaram a aparecer nas capas dos jornais, geralmente em uma foto única, bastante formal e padronizada. Apenas no final daquela década foi possível observar imagens congeladas de acontecimentos reais ganhando espaço nos jornais. No final da década de 1940 a fotografia colorida estava quase completamente difundida nas revistas, chegando aos jornais, por completo, apenas nos anos 1980. (BONI; ACORSI, 2006)

Outra revolução na comunicação humana foi a criação da Internet, tecnologia criada pelo setor militar estadunidense durante a Guerra Fria. Na década de 1970 foi desenvolvida, portanto, a ideia de comunicação em formato de uma rede descentralizada, ou seja, a Internet. Cada “nó” dessa rede era autônomo na sua produção de mensagens e na divulgação dessa para outros “nós”. Dessa forma, a Internet possibilitou a comunicação de muitos com muitos. A princípio essa era uma tecnologia militar, mas ao longo das décadas de 1980 e 1990 ela foi popularizada e adaptada para o uso civil. (DORNELLES, 2004)

As novas tecnologias da informação revolucionaram o acesso às informações e trouxeram como consequência um retorno à visualidade na comunicação através da mídia. O uso da imagem ganhou um peso significativo nos jornais e revistas digitais, principalmente a partir dos anos 1990. No início, houve a simples aplicação dos padrões do jornalismo impresso no meio virtual para depois novos modelos surgirem. Esses novos modelos são híbridos com construção de uma linguagem própria e elementos da comunicação anterior. E finalmente, em um terceiro momento, observa-se o surgimento de sites e produtos exclusivos pensados

apropriadamente para a internet. Esses modelos não são exclusivos, mas coexistem no universo da comunicação mediada. (FERREIRA, 2003)

A notícia *online* possui algumas características que a diferencia dos outros modelos. Destaca-se aqui a interatividade que a notícia na internet possui, a capacidade de fazer o leitor sentir-se parte do processo com a seção de comentários nos meios eletrônicos e possibilidade de compartilhamento dessas notícias. E, além disso, o jornalismo na internet é caracterizado pela multimídia, ou seja, a convergência dos formatos das mídias considerados tradicionais: a imagem, o texto e o som. (FERREIRA, 2003)

O jornalismo tradicional dispunha de interatividade entre jornalista e leitor através das cartas do leitor que então seriam publicadas na próxima edição. Já nos jornais online essa interação pode ser imediata e contínua e além disso, o ambiente virtual permite a criação de fóruns de discussão entre os leitores. Isso não só enriquece a notícia mas também atrai um maior número de visitas para o site em questão, existe um “efeito multidão” que conduz leitores para notícias com um maior número de visitas. (CANAVILHAS, 2003)

Outro ponto em que o jornalismo online se diferencia é na distribuição do jornal ou revista. A edição pode ser enviada para os assinantes, mensagens com as manchetes podem ser enviadas por rede social ao assinante e além disso o espaço virtual permite o compartilhamento veloz dos links por redes sociais e bate papos. (CANAVILHAS, 2003) O que se pode observar é que o jornalismo não é mais monopolizado pelos meios de comunicação tradicionais. Os cidadãos podem publicar online as informações que quiserem e chegar a grandes audiências pela web e suas ferramentas de comunicação. Assim o papel de receptor passivo está sendo substituído por um receptor que ao mesmo tempo desempenha funções de emissor no esquema comunicacional. (ALVES, 2012)

Ao analisar especificamente o uso de fotos nos jornais na Web percebe-se que ela é de longe o recurso mais usado. O uso da imagem fornece uma veracidade e objetividade à notícia superior à simples descrição do ocorrido. E a fotografia utilizada no contexto virtual traz, além disso, a possibilidade de maior interatividade, personalização e memória decorrentes das características que a Internet intrinsecamente possui. Mas não se pode afirmar que existem diferenças fundamentais entre fotografias impressas e as virtuais, a imagem jornalística em

ambos os contextos pode assumir o papel de texto autônomo, deve vir acompanhada de uma legenda ou texto que a contextualize. (FERREIRA, 2003)

O desafio da interpretação

Feita a introdução sobre o uso das imagens na imprensa impressa e virtual, abre-se a discussão sobre a interpretação dessas fotografias nesse contexto específico que é o jornalismo. A fotografia de imprensa resulta de um processo gerativo no qual o produtor recorre a recursos técnicos, linguagem fotográfica e elementos de significação a fim de demonstrar ao público o significado que construiu ao fazer o recorte da realidade naquele momento específico, ou seja, quando a fotografou. (BONI; ACORSI, 2006)

Primeiramente, é importante entender a diferença entre percepção e interpretação quando se fala sobre imagens que reproduzem o real. Reconhecer um ou outro elemento presente na imagem é a percepção de seu conteúdo. A interpretação é o passo seguinte, com ela busca-se decifrar o que esse conteúdo significa para cada um. O ato de analisar uma imagem é justamente buscar compreender os significados por dessa aparente naturalidade. (BONI; ACORSI, 2006)

A leitura de uma imagem passa por três fases sendo a primeira a percepção, sendo uma fase puramente óptica. Em seguida acontece a leitura de identificação, contando com processos ópticos e mentais de reconhecimento dos elementos da fotografia. Em seguida ocorre a interpretação e essa é bastante particular de indivíduo para indivíduo pois é a busca pelo significado da imagem contando com o repertório pessoal de conhecimentos previamente adquiridos. Dessa forma qualquer imagem, inclusive a fotografia jornalística, está sujeita a apresentar vários sentidos e interpretações. (BONI; ACORSI, 2006)

Partindo disso, o fato de que a interpretação é resultado dos conhecimentos acumulados de cada indivíduo pode levar a crer que o jornal ou revista não são capazes de induzir o leitor a uma determinada interpretação. Porém, não existem impedimentos para que a mídia conheça a provável interpretação dos leitores e utilize-se disso para publicar imagens interpretáveis de acordo com os interesses dela. Esse mecanismo chama-se geração de sentido e caracteriza-se pela orientação da leitura realizada pelo público de determinada fotografia. Para isso o fotógrafo ou os profissionais da redação utilizam-se de elementos que atrelados ao significante (ou seja a

imagem) auxiliam ou induzem o leitor a aproximar-se do significado pretendido. Esses atributos são chamados de elementos de significação. O tamanho da imagem, o formato, sua diagramação, a legenda usada, entre outros, podem influenciar o leque de interpretações possíveis. Existe um debate sobre a ética envolvida nesta prática que não cabe aqui pois não altera o fato de que ela é uma realidade. (BONI; ACORSI, 2006)

É importante ressaltar a importância do elemento textual para a mensagem fotojornalística. A imagem e o texto são elementos que muitas vezes não formam uma estrutura homogênea porém a presença de ambos é imprescindível para o fotojornalismo. Dessa forma, o texto exerce algumas funções ao se relacionar com uma imagem no jornalismo. Dentre elas cita-se: a) chamar a atenção para a fotografia; b) complementar informações da imagem, c) o significado da fotografia e assim direcionar a compreensão do leitor e, por fim, sugerir ou conotar o significado daquela imagem outra vez pretendendo guiar a compreensão do leitor. (SOUSA, 2002) Nas análises sobre as imagens desenvolvidas nesse capítulo, portanto, serão levadas em conta também os elementos textuais que as acompanham. Pois o foco das observações são, justamente, o sentido que a mídia constrói a partir das imagens da então presidenta Dilma.

Na tentativa de representar um segmento da realidade na imagem fotográfica é necessária a seleção dos elementos da realidade visível que farão parte dessa representação. É possível afirmar que essa seleção frequentemente é problemática sendo assim necessário um debate sobre a ética no uso dessas imagens em jornais e revistas. O trabalho de Rorty (1989, p.16) discute a representação visual do outro através de imagens e a partir de determinada estética implica a existência de uma moral e ética ao fazer essa representação. Pois, um determinado conteúdo estético pode criar ou reforçar empatias. Dentro do estudo sobre fotografias digitais existem debates em torno disso, sendo um dos pontos justamente o tratamento discriminatório e/ou estereotipização (ou o reforço desse) de indivíduos em função da idade, gênero, etnia entre outras características. (apud SOUSA, 2002, p. 137)

Como explorado no capítulo anterior, as normas sociais vigentes em determinada sociedade operam por meio de mecanismos de controle e regulação. Foi visto também que a mídia é uma das instâncias utilizadas para hierarquizar relações de gênero e ela utiliza-se de imagens carregadas de significados para isso. Portanto, sendo a mídia um meio de educação informal que orienta o público sobre as normas sociais vigentes, as imagens que ela emprega

orientam sobre, por exemplo, um padrão de comportamento ideal feminino ou masculino. As imagens transmitem, assim, o que é socialmente aceitável, aquilo que é considerado correto. (SANTANA, 2017)

Atualmente observa-se que as atitudes e valores transmitidos remetem à tradição, inspirada no modelo europeu, da mulher como objeto visual, feita para ser olhada e admirada pelo homem. Nesse sentido é possível afirmar que partindo do modelo europeu das artes visuais que, segundo Berger (1980): “os homens agem e as mulheres aparecem” (apud SANTANA, 2017) Ou seja, reforça o estereótipo da passividade feminina, um determinado padrão estético e determinados papéis sociais predestinados a ela. (SANTANA, 2017)

Na próxima seção do trabalho será feita a análise de algumas imagens selecionadas de revistas nacionais. Para a parte analítica o livro *Reading Images* dos autores Kress e van Leeuwen (2006) foi fundamental. Nessa obra os autores esforçaram-se a fim de construir uma gramática para a linguagem visual, a partir da observação dos padrões do uso de elementos visuais na sociedade ocidental. A intenção dos autores é fornecer descrições úteis das estruturas de composição mais comuns na comunicação visual a ponto de tornarem-se convenções.

Os autores afirmam que essas estruturas visuais apontam para uma determinada interpretação do evento ou da interação social representada na imagem. Representação, para eles, é o processo pelo qual o autor (aquele que produz a imagem) do elemento visual representa o objeto, pessoa ou cenário a partir de um interesse inicial. Esse interesse inicial pelo que será apresentado é resultado histórico cultural, social e psicológico do “autor” e configura a fonte para a escolha da forma mais adequada de representação desse objeto. Ou seja, a representação visual nunca contempla o todo do objeto e sim os aspectos desse objeto que o autor julga interessante. O interesse do “autor” determina o que se deseja representar e a partir disso escolhe a melhor estrutura visual para isso, tal afirmação se aplica também para o interesse da instituição em que a produção da representação visual se dá. (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006)

Para Kress e Van Leeuwen (2006) tanto a língua quanto as imagens mostram regularidades, na primeira essas regularidades produzidas culturalmente são chamadas de gramática. O que essa obra se propõe é observar as regularidades culturalmente produzidas na representação visual de objetos, pessoas ou cenários. Estabelecer uma gramática que permita relacionar a estrutura visual utilizada e o significado que essa acarreta. Porque essas estruturas

visuais produzem representações da realidade (do objeto) ligadas ao interesse da instituição social na qual a imagem foi produzida.

Para a análise da estrutura visual empregada procura-se pelos participantes representados, a relação estabelecida entre eles a partir da localização de cada um deles, a composição da imagem, o tamanho dado a cada um dos elementos, a direção dos vetores que ligam os elementos, o contraste das cores entre outros. Cada um desses elementos constrói narrativa que é de interesse do autor da imagem. (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) Nas imagens selecionadas para a análise nesse trabalho, serão citados os elementos e seus significados de acordo com a classificação desses autores a fim de identificar a narrativa construída sobre o espaço da mulher na política e, mais especificamente, sobre Dilma Rousseff.

A primeira das revistas selecionada para o estudo desse trabalho foi a ISTOÉ. Criada em 1976, é uma revista de periodicidade semanal que aborda em geral temas atuais seja na política, economia, sociedade, entre outros. Todas as edições dessa revista estão disponíveis no site gratuitamente, o que facilitou a pesquisa. Como dito na introdução a atenção voltou-se para edições publicadas nos anos 2015 e 2016.

A outra revista escolhida é a revista VEJA, criada em 1968 e publicada semanalmente aborda temas como política, economia e cultura tanto nacional quanto internacional. O acesso às edições tanto atuais quanto passadas se deu pelo acervo digital da editora Abril. Assim como a revista ISTOÉ, o interesse da pesquisa focou-se nas edições dos anos 2015 e 2016.

O contexto do impeachment

Com base na literatura escolhida, a próxima seção do trabalho vai contextualizar as imagens com o período em que elas foram publicadas e com os principais acontecimentos que culminaram no afastamento da presidenta de maneira cronológica. Tudo começa com a eleição do 36ª presidente da República Federativa do Brasil: Dilma Vana Rousseff, a primeira mulher eleita presidenta do país esteve no cargo entre 2011 e 2016. Anteriormente, ela atuara nos ministérios do governo anterior e então foi apontada como sucessora de Lula que apoiou a sua candidatura em 2010. Ela foi eleita com 56% dos votos válidos. (SILVA, 2019)

É interessante observar o contexto internacional em que Dilma governou e a conjuntura do processo de impeachment que ela sofreu para a compreensão mais completa da contextualização feita ao longo desse capítulo. Os primeiros quinze anos do século XXI foram marcados pela chegada ao poder de partidos e lideranças de esquerda na América Latina. Depois da década de 1990 marcada pelo neoliberalismo, a esquerda alcançou democraticamente os governos de aproximadamente dez países da região. Esse fenômeno sincronizado e relativamente delimitado à região pode ser entendido como um conjunto e recebeu denominações de “onda rosa”. (SILVA, 2015)

Essa tendência foi considerada marcante na história recente da região não só pela sua envergadura mas também pela notável capacidade de reprodução, isso quer dizer, os presidentes ou partidos que alcançaram o poder foram capazes de se reeleger ou eleger seus sucessores. A Dilma foi um exemplo disso, sendo sucessora de Lula. Como esperado, a eleição de partidos à esquerda recuperou a noção de intervenção estatal para regular e complementar as ações do mercado, ou seja, a região como um todo passou por reformas e introdução de elementos heterodoxos em diversas áreas com destaque para políticas de inclusão social como um dos elementos em comum entre esses governos com avanços moderadamente positivos. (SILVA, 2015)

Outro fator que aproximou esses governos foram a suas atuações na esfera internacional. Observou-se uma tendência de busca por autonomia em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI) por exemplo, assim como uma ênfase maior em ações nos mecanismos regionais como o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Obviamente, essas medidas não agradaram a todos. Setores políticos ligados ao empresariado, partidos de direita e setores mais conservadores das sociedades em questão possuíam suas críticas e descontentamentos em relação a tudo isso. (SILVA, 2015)

A crise econômica global de 2008 fortaleceu as especulações a respeito do desempenho desses governos em um contexto econômico desfavorável. O que se observou foi que naquele momento a América Latina não fora afetada fortemente, os países a superaram com uma série de políticas anticíclicas. O problema é que nesse momento as economias desses países entraram em um processo de reprimarização, ou seja, a cadeia produtiva não foi suficientemente diversificada e foi estabelecida uma dependência do setor primário da economia. (SILVA, 2015)

No ano de 2013, o jornal britânico *Financial Times* lançou um editorial sobre a questão latino-americana. O editorial apontou que a desaceleração econômica provocada pela crise de anos anteriores começou a apresentar seus efeitos na América Latina, alegou também que o fim da “onda rosa” estava próximo pois as medidas econômicas necessárias não eram populistas, porém fundamentais para a recuperação econômica, segundo a análise do jornal britânico. Segundo o texto, a região desfrutou de estabilidade nos primeiros momentos de crise graças ao *boom* das commodities (como petróleo, soja, cobre, etc) a partir de 2003. Porém, cerca de dez anos depois disso a demanda chinesa por esses produtos reduziu significativamente de forma que a região foi atingida pelos efeitos da crise. Isso em conjunto com a insatisfação de setores políticos e sociais importantes nos países levou a uma crise política e ao mesmo tempo econômica em vários desses países. (VEJA, 2013)

Entre eles o Brasil, governado por Dilma, que começou a testemunhar protestos e ao final do seu primeiro mandato tomou decisões econômicas pouco populares como corte de gastos, liberdade do Banco Central entre outros. Isso colocou em dúvida a sua reeleição, porque o contexto político estava bastante polarizado. (VEJA, 2013) A crise do segundo mandato de Dilma vai ser citada ao longo desse capítulo, essa breve contextualização almeja demonstrar que essa crise não foi restrita ao Brasil ou ao governo Dilma. A região toda foi abalada a partir de 2013, foi um fenômeno internacional. A economia brasileira enfrentou uma forte desaceleração entre o final de 2013 e final de 2014, pode-se atribuir esse momento a alguns fatores diferentes e entre eles o cenário da economia internacional merece destaque. A partir de 2011 a economia chinesa entrou em desaceleração, sendo a China o principal destino das commodities brasileira, isso impactou diretamente as exportações do Brasil. O crescimento anterior da China foi o principal fator para os preços das commodities subirem e quando essa economia entrou em desaceleração, levou os preços desses mesmos produtos para baixo. O levantamento da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) de 2014 mostra que 6,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é representado pela exportação de commodities. Dessa forma, os resultados econômicos foram fortemente prejudicados com a desaceleração chinesa a partir de 2011. (CASTRO, 2016)

O impeachment em imagens

No capítulo anterior já foi abordada a questão da feminilidade e das normas sociais baseadas em gênero, aqui é importante retomá-las pois a sociedade patriarcal em que vivemos está enraizadas nessas questões. Nessa sociedade inventa-se essência para as mulheres, um conjunto de ideias que demarcam lugares sociais específicos para elas: o espaço doméstico, a submissão, a delicadeza, entre outros. Dessa forma, mulheres no poder político não são previstas nessa visão e ao desafiá-la a mulher encontra-se sujeita à represálias e Dilma Rousseff é um exemplo ideal para essa análise por romper com os ideais patriarcais e ter ocupado o cargo mais alto no poder executivo nacional. (CARDOSO, 2017)

Uma forma de represália se dá pela estigmatização da mulher como sendo um objeto, submissa e histérica na representação dela na mídia. Nesse trabalho pretende-se exemplificar essa prática atentando para a injustiça nas maneiras de representação de gênero na mídia concentrando-se na presidenta Dilma Rousseff. Além disso, as revistas selecionadas para a análise não podem simplesmente ser deslocadas do contexto social em que se encontram. Sendo essa realidade marcada pela desigualdade de gênero, essa se manifesta nos mais diversos espaços cotidianos, incluindo a mídia. (SILVA; ARAÚJO; LOBATO; MOTA; SOUZA, 2018)

No capítulo anterior evidenciou-se algumas manchetes sobre Dilma durante sua participação no governo Lula, já se apontou para o tratamento diferenciado que ela recebeu naquele momento, sendo objetificada e reduzida ao papel de “marionete” de Lula em diversas ocasiões. Agora, parte-se para o que ela enfrentou em seu mandato, mais especificamente após a sua reeleição.

O setor econômico foi o principal desafio do governo Dilma, ele estava bastante instável e acabou por afetar o campo político. A insatisfação com a economia e com a política nacional levaram a manifestações populares, com destaque para o mês de junho do ano de 2013 em que as chamadas “jornadas de junho” ocorreram em diversas cidades brasileiras. No ano seguinte vieram à tona as ocorrências de desvio e lavagem de dinheiro na Petrobrás e iniciou-se a investigação do caso pela “Operação Lava Jato”. Este foi o mesmo ano em que Dilma foi democraticamente reeleita no segundo turno. (SILVA, 2019)

Em 2015 as críticas feitas ao governo Dilma concentravam-se na condução da economia do país e o cenário brasileiro de fato mostrava dificuldades, com altas taxas de desemprego e

uma inflação acima do estabelecido pelo Banco Central¹². As manifestações foram retomadas e muitas incluíam o pedido de afastamento da presidenta. É importante ressaltar que o país estava politicamente dividido e que manifestações de apoio a Dilma também estiveram presentes. Os dias 13 e 18 de março de 2015 foram as datas de destaque dos protestos contrários ao afastamento da presidenta. Destaca-se aqui que a articulação de ambos os lados se deu principalmente pela internet, como apresentado anteriormente, esse meio de comunicação transmite mensagens de muitos para muitos de forma que é um meio perfeito para a articulação de movimentos político, as convocações e mobilizações se deram nas plataformas (sites) e redes sociais. (SILVA, 2019)

Figura 2 – Matéria [Veja](#)



Fonte: Acervo digital [Veja](#)

Figura 3 – Legenda Figura 2

¹² Segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação entre os anos 2014 e 2016 ultrapassou as metas estabelecidas e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios nesses anos apontou para um aumento da taxa de desemprego. (SILVA, 2019)

LIVRE, LEVE E SOLTA
*Dilma perdeu 8 quilos e voltou a praticar
exercícios com a dieta portenha* 

Fonte: Acervo digital [Veja](#)

A Figura 2 foi selecionada da edição 2409 da revista [VEJA](#) de janeiro de 2015 com a legenda representada na Figura 3. A reportagem em questão não era sobre o tema política e sim sobre saúde e bem-estar, mais especificamente sobre uma dieta nova. No capítulo anterior apresentou-se alguns dos inúmeros casos em que a aparência física de Dilma foi o tema das manchetes e reportagens, e isso ocorre novamente nesse exemplo. Ao falar sobre a perda de peso da então presidenta da República, outra vez observa-se um foco discursivo na aparência física e no corpo dela. Portanto, ela novamente passa por um processo de somatização e objetificação. Como dito anteriormente, ao representá-la por seu corpo ela torna-se um objeto, alienada de uma consciência própria e uma capacidade intelectual e política. (GOMES; BARBARA, 2011) O momento da matéria também aponta para essa problemática, inserida em um contexto no qual a economia brasileira passava por dificuldades e que uma crise política se formava, uma revista discorre sobre a perda de peso da presidenta e não as suas propostas políticas para um momento como esse. A atuação política de Dilma foi ignorada enquanto a sua aparência física recebeu a atenção e portanto o profissionalismo de Dilma não é tratado com a seriedade adequada.

Figura 4 – Manchete Veja

Fonte: Acervo digital Veja

A Figura 4 foi publicada na revista VEJA, na sua edição de número 2446 de outubro de 2015. São representados Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula em no que parece uma conversa informal. O elemento textual da manchete traz o termo “3º Mandato” remetendo ao frequente discurso de que o governo de Dilma Rousseff na verdade é um forma de manter o poder executivo nas mãos de Lula. Sendo a presidenta apenas uma peça em seu jogo. Isso já foi tocado no capítulo anterior e essa narrativa é problemática uma vez que atribui o mérito da carreira política de uma mulher a um homem próximo dela. Dessa forma a competência e a habilidade que ela desenvolveu e demonstrou foram creditadas a Lula. (GOMES; BARBARA, 2011) Isso tudo é advindo da narrativa que coloca as mulheres como incompetentes e inadequadas para as atividades que fogem do ambiente doméstico, entre elas a atividade política.

A estrutura visual presente na Figura 4 é diferente das anteriormente observadas. Primeiro porque observa-se um padrão narrativo, segundo a classificação de Kress e Van Leeuwen (2006) o que significa que os participantes representados participam de uma ação ou evento em andamento. As ações, representadas na comunicação escrita através de verbos, nas imagens são representadas por “vetores”. Esses vetores podem ser estabelecidos por membros do corpo ou ferramentas em ação que dão indicativos do que está acontecendo na cena. O

autores reconhecem que a tarefa de identificar os vetores é abstrata e difícil de mensurar em palavras, por isso o texto que acompanha a foto tende a ser mais explícita sobre os participantes, os objetos presentes na cena e sobre o processo, o evento e as ações representadas na imagem. Na cena específica da Figura 4 temos uma interação bidirecional em que ambos os participantes hora agem e ora reagem, ou seja, participam de uma conversa. Como apenas temos a imagem e o texto que a acompanha, a estrutura visual confia ao elemento textual a tarefa de dirigir a interpretação do conjunto. E, como dito acima, a manchete incluída na imagem remete ao discurso que duvida das capacidades políticas e da autonomia de Dilma e a coloca como marionete de Lula.

No ano de 2016 as manifestações seguiam ocorrendo, registrou-se duas manifestações por mês em março, abril e maio e mais manifestações individuais em julho e agosto pelos grupos pró-impeachment. A crise política se agravou com a saída do PMDB da base aliada do governo Dilma, um grampo telefônico publicou conversas entre Lula e Dilma que acabaram por motivar a criação do slogan “Tchau, querida” pelo movimento pró-afastamento. A problemática dessa expressão já foi citada no capítulo anterior. Em abril de 2016 a maioria dos deputados federais votou a favor do impeachment e no mês seguinte o Senado também aprovou a instauração do processo. Em 31 de agosto de 2016 o processo se finalizou com a aprovação do impeachment, o que significou a perda de mandato de Dilma Rousseff sem a cassação dos seus direitos políticos. (SILVA, 2019)

Figura 5 – Capa ISTOÉ



Fonte: ISTOÉ

A Figura 5 traz, novamente, a capa da edição 2417 da revista ISTOÉ publicada no dia 06 de abril de 2016, época em que os manifestos pelo impeachment da presidenta se tornavam muito frequentes. Na imagem está representada a então presidenta Dilma Rousseff, o foco da fotografia é o seu rosto. A fotografia foi tirada em 27 de fevereiro de 2013 por Gustavo Miranda pela Agência O Globo. A ocasião da foto era a 40ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no Palácio do Planalto. A reação dos grandes jornais brasileiros¹³ foi positiva e não houve relato sobre “explosões nervosas” ou “descontrole emocional”. (SILVA; ARAÚJO; LOBATO; MOTA; SOUZA, 2018)

Sua expressão porém ganha outro significado quando tirada do seu momento real e contextualizada pela legenda que diz “As explosões nervosas da presidente”, agora pode-se assumir que a ex-presidenta está gritando. Como dito no capítulo anterior essa capa gerou polêmica na opinião pública pois associou a imagem da Dilma ao descontrole emocional, algo que claramente apela para a histórica ligação entre mulheres e loucura presente no imaginário popular. Produzir a imagem de “histórica” e “louca” é uma forma de afastar a mulher do espaço político, de decisão bem articulada e argumentada além de ser depreciativo à inteligência dela. Retomando a discussão do primeiro capítulo, Dilma enquanto mulher rompeu com o ideal de feminilidade ao ocupar um cargo público e dedicar-se à vida política. Assim, da mesma forma que as mulheres no século XIX eram qualificadas como histéricas e loucas ao fugir do comportamento imposto pela sociedade patriarcal, ela é taxada de nervosa e explosiva e portanto julgada como desqualificada e inadequada para o cargo que ocupa. Não devido as suas competências intelectuais mas devido a sua condição emocional intrínseca ao seu gênero. Essa suposta desqualificação de Dilma para o cargo, devido ao seu estado emocional, foi utilizado para reforçar a necessidade do afastamento da presidente presente na narrativa construída pela revista em questão (SILVA, 2019)

Kress e Van Leeuwen (2006) observaram que existe uma estrutura visual em que o fotógrafo ou o editor corta a foto focando na expressão facial do participante representado reagindo ou interagindo com algo ou alguém que não está visível na foto, nesse caso o indivíduo representado é denominado de “reativo” ou “reagente” (aquele que reage). A expressão facial

¹³ As manchetes dos diferentes jornais brasileiros não citaram descontrole emocional por parte da presidenta, enquanto O Globo afirmou que o discurso trazia um “tom firme” o Estado de São Paulo chamou o pronunciamento de “contudente”. Segundo a FIESP, Dilma foi elogiada e publicou uma foto dela sorrindo durante o discurso. Destaca-se a discrepância com a matéria da IstoÉ Dinheiro que em nenhum momento apontou para um descontrole emocional ou um tom inadequado no discurso

pode parecer entediada, animada, confusa ou enfurecida. Os autores destacam que tal estrutura visual abre margem para a manipulação de sentido. Uma legenda, por exemplo, esclarece o que de fato está oculto na foto ou então induz um raciocínio para a construção do que aquela imagem significa. Além disso, os autores trazem que uma estrutura visual que descontextualiza o objeto da imagem tende a produzir um efeito de generalização. Ou seja, o objeto representado é lido como genérico, um exemplo típico ao invés de um exemplo particular específico ao contexto em que foi observado.

A partir dos termos trazidos por Kress e Van Leeuwen (2006) pode-se fazer uma leitura da imagem da capa trazida na Figura 5. A fotografia foi cortada no rosto de Dilma, isolando a sua reação a algo que o leitor não consegue visualizar. Para interpretar sua expressão, portanto, recorre-se à legenda que, nesse caso, dá a entender que a então presidenta está desequilibrada emocionalmente. A ligação entre esses dois elementos permite concluir que a imagem de Dilma mostra a presidenta esbravejando, gritando, sendo irracional. Isso ligado ao fato de que a foto está descontextualizada e dessa forma aponta para uma leitura generalizante, pode-se estabelecer que o sentido construído é o seguinte: os descontroles de Dilma não são eventos isolados em contextos específicos mas uma característica permanente de seu comportamento.

Portanto, com base no que foi exposto nos parágrafos acima pode-se concluir que a capa da revista ISTOÉ utilizou-se da foto de Dilma Rousseff e a legenda para associar a ela a imagem da mulher desequilibrada, emocional, histérica e louca. Assim, perpetua o discurso patriarcal de inadequação das mulheres para exercer as funções dos cargos públicos e ao romper com essa norma social Dilma foi desqualificada ao ter sua sanidade questionada. É um exemplo perfeito do esforço que o sistema patriarcal investe em marginalizar, infantilizar, ignorar ou ativamente desprezar as mulheres a fim de reforçar a dicotomia da divisão entre público e privado. Essa dicotomia baseia-se na ideia de que o espaço predeterminado e correto para as mulheres é o doméstico e induz a exclusão delas da política assim como silencia o debate sobre a violência contra a mulher na esfera pública. As mulheres que resolvem ingressar na vida política por sua vez desafiam a autoridade e a lógica dessa prática social patriarcal e assim são taxadas de desrespeitosas, rudes e desequilibradas que precisam ser silenciadas e marginalizadas do processo político. E esse silenciamento atrasa uma democratização genuína. (ENLOE, 2004)

A matéria principal dessa edição, intitulada “Uma presidente fora de si”, está repleta de exemplos que corroboram o que foi analisado na capa. Além de uma comparação da presidenta

Dilma com “Maria, a Louca” a matéria contém a Figura 3, cuja legenda outra vez faz referência ao descontrole emocional de Dilma Rousseff e alega o uso ineficaz de medicamentos.

Figura 6 – Matéria ISTOÉ



DESCONTROLE

A presidente se entope de calmantes desde a eclosão da crise. Os medicamentos nem sempre surtem efeito, atestam seus auxiliares

Fonte: ISTOÉ

Ao aplicar as estruturas visuais de Kress e Van Leeuwen (2006) à Figura 6, outra vez se percebe que o participante representado, Dilma, está reagindo a algo fora do recorte da fotografia. Outra vez a imagem foi tirada do seu contexto, a foto fora tirada durante uma entrevista coletiva que a presidenta deu no Palácio do Planalto. Durante a entrevista Dilma estava calma e sorriu diversas vezes. (SILVA; ARAÚJO; LOBATO; MOTA; SOUZA, 2018)

Juntamente com a legenda, os gestos de Dilma na foto pode ser interpretados como um momento de descontrole emocional. Nessa imagem porém observa-se um enquadramento que os autores chamam de longa distância social, em que é possível observar o participante representado “com espaço em volta”. De acordo com Grosser (citado em Hall, 1966: 71-2) um enquadramento desses indica que aquele que é representado têm uma pequena, insignificante ligação com o observador, está em outro plano, socialmente distante. (apud KRESS, VAN LEEUWEN, 2006) Além disso o enquadramento observado pode ser classificado como “aberto” segundo Kress e Van Leeuwen (2006) o que comumente indica desconexão entre os elementos: o participante representado, o cenário e o observador. Ou seja, essa imagem além de induzir a conclusão de que a presidenta está em mais um momento de descontrole emocional

também permite a interpretação de que ela está afastada da realidade, vivendo em uma realidade própria e desconectada do mundo “real”.

Figura 7 – Edição especial Veja



Fonte: Acervo digital Veja

A Figura 7 fez parte da edição especial da revista VEJA 2474 publicada em abril de 2016. A legenda refere-se ao governo Dilma como “A era do grito” e vem acompanhado de uma foto da então presidenta falando no microfone, sem um contexto claro de qual a ocasião, tema e tom dessa fala. Referir-se dessa forma ao governo deixa implícito, outra vez, que a presidenta recorrentemente perdeu o controle de sua voz e calma ao longo do seu mandato. Isso, novamente, implica em um discurso que pinta Dilma como histérica e descontrolada, reproduzindo o estereótipo, já explorado nesse trabalho, da loucura feminina e a consequente inaptidão para atividades que requerem diálogo, negociação, raciocínio e decoro como a atividade política por exemplo.

Outra vez, a fotografia tem um recorte focado na expressão facial do participante representado, a Dilma Rousseff, sem apresentar o contexto da fala ou da reação dela. A expressão pode ser lida de diversas formas, mas com o elemento textual remetendo ao grito a estrutura visual induz a associação entre a foto da presidente falando no microfone e uma fala exaltada por parte dela. (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) Isso corrobora com a narrativa, já bastante explorada nesse capítulo, de que Dilma não teria controle sobre as suas emoções em

nenhum momento do governo, sendo desqualificada para seu posto. Também já foi exposto aqui o quão problemático é associar mulheres na política com desequilíbrio emocional e histeria visto todo o peso misógino que essa associação carrega.

A mídia teve um papel relevante em todo esse processo, principalmente na intensificação da sensação de insatisfação popular com a economia e com a política. O levantamento feito pelo site Manchetômetro¹⁴ aponta para um enquadramento privilegiado para notícias negativas da economia do país nas matérias entre janeiro de 2014 e agosto de 2016 sobre a temática econômica. O mesmo padrão se repete nas matérias jornalísticas sobre a temática política, focando-se nos aspectos negativos das instituições brasileiras, dos políticos, das políticas públicas, etc. Dessa forma, a mídia exerceu um papel fundamental ao fortalecer a sensação de crise econômica e política na população brasileira. (SILVA, 2019)

Nesse capítulo foi abordada a questão do jornalismo na internet uma vez que os mandatos da Dilma assim como o impeachment dela se deram em um contexto de forte presença dos jornais *online* no cotidiano brasileiro. A partir disso, a análise das imagens utilizadas por duas das grandes revistas do país foi feita com o intuito de identificar de que forma essas foram empregadas a fim de desqualificar a presidenta Dilma partindo de seu gênero para isso. Dessa forma, a análise almejou expor os momentos em que a mídia foi ator de violência política de gênero. Como dito anteriormente, entende-se essa violência como componente da estrutura política não só nacional mas internacional de forma que cabe também aos estudos de política internacional atentar para esse fenômeno. Porque como defende Enloe (2014), para um estudo consciente de todas as relações de poder dentro da política, com uma efetiva perspectiva de gênero e verdadeiramente feminista das Relações Internacionais é preciso enxergar as mulheres, os lugares de poder que elas ocupam, como chegaram ali e como são tratadas pelos colegas, pelos superiores e pela sociedade em geral. E foi exatamente esse tipo de abordagem que esse trabalho buscou apresentar.

¹⁴ Site de monitoramento das coberturas de grandes veículos de comunicação sobre temas como política e economia. Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/>. Acesso em: 06 de julho de 2020

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho o tema desenvolvido foi de violência política de gênero, enquanto fenômeno social que obstrui os direitos políticos das mulheres. Primeiramente, foi estabelecido que se trata de um fenômeno presente tanto na política nacional quanto na internacional e que é um problema que despertou uma mobilização dentro dos mecanismos regionais de cooperação da América Latina, a qual busca medidas para o combate dessas práticas. A partir desse contexto geral, o trabalho investigou o papel da mídia dentro dessa prática e, para isso, escolheu-se estudar especificamente o caso da presidenta Dilma Rousseff. Isso porque segundo mandato e o processo de impeachment foram períodos de intensa cobertura jornalística, Dilma foi a primeira presidenta brasileira e o cargo de chefe do executivo atua tanto na instância nacional quanto internacional da política enquanto representante do Estado.

O tema escolhido e explorado no trabalho tem significativa importância para reflexões acadêmicas ou em outros espaços sobre a democracia. Pois discutir a violência e exclusão direcionadas as mulheres no espaço político é discutir uma democracia de fato inclusiva e plural da qual a mídia deve fazer parte. Para o campo de estudo das Relações Internacionais, analisar o tema da violência política de gênero é relevante pois, além de ser um tema discutido recentemente em organismos internacionais importantes, é uma possibilidade de aplicação prática da investigação proposta por Enloe em *The Curious Feminist*. No qual, a autora de renome nos estudos de política internacional, propõe a análise da presença de mulheres na política a partir de algumas questões como: quais cargos essas mulheres ocupam? Como são tratadas ao ocuparem esses cargos? Entre outros. Então, o presente trabalho representou uma maneira de utilizar-se dessa abordagem para um estudo acadêmico sob a perspectiva de gênero nas Relações Internacionais.

De uma maneira geral, a pergunta proposta ao início do trabalho encontra a correspondente resposta ao longo do desenvolvimento. O questionamento foi qual a atuação da mídia na prática da violência política de gênero e a resposta encontrada foi que, de fato, a mídia utiliza-se do seu discurso para reforçar a exclusão das mulheres do espaço público. Para isso faz uso de falsos estereótipos associados à mulher como o de sua burrice inata e sua loucura natural. Essa hostilidade se reflete também no emprego de imagens para a construção desses sentidos e dessa forma configura um forma de violência que limita e discrimina os direitos políticos das mulheres.

Os outros objetivos propostos ao trabalho também foram alcançados. Para começar, na introdução indicou-se que o papel político e social da mídia fosse esclarecido e, assim, no primeiro capítulo foi estabelecido que a imprensa é fundamental para a democracia assim como o seu discurso e que reforça ou antagoniza normas sociais. Essas conclusões foram tiradas a partir das definições de democracia e os estudos da construção do discurso apresentadas no mesmo capítulo. Dessa forma, estabeleceu-se não só a atuação política da imprensa mas também o discurso dessa a respeito das mulheres. Depois disso, outro objetivo foi demonstrar esse discurso em ação, ou seja, comprovar a existência de um discurso discriminatório contra as mulheres na política propagado pelos meios de comunicação. Isso se deu através de exemplos de manchetes referentes à presidenta Dilma. Por fim, o último objetivo foi demonstrar que as imagens também são utilizadas para a construção desses sentidos preceituosos, para isso utilizou-se das ferramentas analíticas de Kress e van Leeuwen e imagens das revistas IstoÉ e Veja durante o segundo mandato de Dilma. Nesse momento do trabalho os pontos são amarrados: os estereótipos utilizados pelo discurso da mídia e as imagens analisadas se complementam, juntos hostilizam mulheres que ocupam cargos políticos, são parte de um todo. E esse todo é o fenômeno da violência política de gênero, presente nos meios de comunicação.

Finalmente, cabe lembrar que o presente trabalho de forma alguma responde a todos os questionamentos que a perspectiva de gênero levanta ao se voltar para a política internacional. Abre-se a possibilidade para a realização de investigações semelhantes nas coberturas de eventos da política internacional, estender a análise do discurso para a mídia internacional, observar a forma como outras mulheres que ocupam o cargo de chefes do poder executivo são tratadas não só pela mídia, mas pelos seus pares, como os valores de feminilidade e masculinidade aparecem nesses cenários. Enfim, isso demonstra que o assunto debatido no trabalho requer e permite uma evolução futura dos trabalhos de pesquisa e discussão, em direções, inclusive, a diferentes análises.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS. **Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara** Fonte: Agência Câmara de Notícias. 2019. Política e Administração Pública. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ALBAINE, Laura. Contra la violencia política de género en América Latina: Las oportunidades de acción. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, 9., 2017, Montevideo. **Género y Política**. Montevideo: 2017.

ALBAINE, Laura. Obstáculos y desafíos de la paridad de género. Violencia política, sistema electoral e interculturalidad. **Íconos: Revista de Ciencias Sociales**, Quito, v. 52, p.145-162, maio 2015.

ALVES, Rosental Calmon. Jornalismo digital: dez anos de web 2.0 e a revolução continua. **Comunicação e Sociedade**, [s.l.], v. 9, p. 93-102, 20 dez. 2012. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade Minho. [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.9\(2006\).1157](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.9(2006).1157). Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/article/view/1217/1199>. Acesso em: 09 jun. 2020.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 23, n. 2, p. 501-517, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026x2015v23n2p501>.

BEARD, Mary. A voz pública das mulheres. In: _____ **Mulheres e poder: um manifesto**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BERALDO, Beatriz. **O que é feminilidade? Papéis sociais e o feminismo contemporâneo**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/arquivo-radical/o-que-%C3%A9-feminilidade-pap%C3%A9is-sociais-e-o-feminismo-contempor%C3%A2neo-23650c8077f6>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. : ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 34, p. 269-299, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332010000100011>.

BONI, Paulo César; ACORSI, André Reinaldo. A margem de interpretação e a geração de sentido no fotojornalismo. In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 29º, 2006, Brasília. Brasília: Líbero, 2006. v. 18, p. 127-137. Disponível em: <http://201.33.98.90/index.php/libero/article/view/724> Acesso em: 20 jun. 2020.

CANAVILHAS, João. Webjornalismo. Considerações gerais sobre jornalismo na web. **Informação e Comunicação Online: Jornalismo Online**, Covilhã, p. 63-73, 2003. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/4358>. Acesso em: 09 jun. 2020.

CARDOSO, Viviane Garbelini. “As explosões nervosas da Presidente”: uma análise do processo de impeachment de Dilma Rousseff na revista semanal Istoé. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN’S WORLDS CONGRESS, 11., 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis2017. p. 1-11. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496529401_ARQUIVO_VivianeGarbeliniCardoso.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. Qual o lugar da democracia nas Relações Internacionais?: uma narrativa teórica. **Contexto Internacional**, [s.l.], v. 34, n. 1, p. 43-77, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292012000100002>.

CASTRO, José Roberto. **As commodities e seu impacto na economia do Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/03/31/As-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-Brasil#section-27>. Acesso em: 13 ago. 2020.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). **DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO**. [S. L.]: Editora Unesp, 2009. p. 173-178.

DESGUALDO, Juliana Leandra Maria Nakamura Guillen. DIMENSIONAMENTO DO PODER DA MÍDIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade São Judas Tadeu**, São Paulo, n. 2, p. 197-207, jul. 2014.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Governo procura a justiça para identificar autores de adesivos de Dilma na entrada de tanque de gasolina.** 2015. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2015/07/governo-procura-a-justica-para-identificar-autores-de-adesivos-de-dilma-na-entrada-de-tanque-de-gasolina.html>. Acesso em: 04 out. 2020.

DORNELLES, Jonatas. Antropologia e Internet: quando o. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 10, n. 21, p. 241-271, jun. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832004000100011>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832004000100011&script=sci_arttext. Acesso em: 16 jun. 2020.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics.** 2. ed. Berkley And Los Angeles: University Of California Press, 2014.

ENLOE, Cynthia. **The curious feminist: Searching for Women in a New Age of Empire.** Berkley And Los Angeles: University Of California Press, 2004.

FERREIRA, Jorge Carlos Felz. A IMAGEM NA WEB: FOTOJORNALISMO E INTERNET. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26º, 2003, Belo Horizonte. **Jornalismo.** Belo Horizonte: Intercom, 2003. p. 1-13. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/111272190310313002620857971412258431445.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

FRIEDAN, Betty. O problema sem nome. In: FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina.** Petrópolis: Vozes Limitadas, 1971. Cap. 1. p. 17-31.

GOMES, Maria Carmen Aires; BARBARA, Leila. Mulheres, política e mídia: algumas incursões em torno da representação sociocultural de Dilma Rousseff. **Delta: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, [s.l.], v. 27, n. 2, p. 311-335, 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-44502011000200006>.

Justiça Eleitoral. **Participa Mulher:** estatística. Estatística. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/participa-mulher/#estatisticas>. Acesso em: 10 jul. 2020.

KARAWEJCZYK, Mônica. Suffragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p.327-346, 2014.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images: the grammar of visual design**. 2. ed. New York: Taylor & Francis Group, 2006.

LIMA, Venício A. de. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. *Revista Usp*, São Paulo, n. 61, p.48-57, março/maio 2004

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PÍNSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5169956/mod_resource/content/1/Fontes%20Hist%C3%B3ricas%20-%20Karla%20Pinsky.pdf. Acesso em: 04 out. 2020.

MAED, Margaret. **Sexo e temperamento**. 4. ed. New York: Perspectiva S.a., 2000

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Mulheres e políticas públicas na América Latina e Caribe: desafios à democracia na região. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Aguas de Lindoia. **Artigo Final**. Aguas de Lindoia: 2013. p. 1-31. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/st/st05/8413-mulheres-e-politicas-publicas-na-america-latina-e-caribe-desafios-a-democracia-na-regiao/file>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MORENA, Herrera; ARIAS, Mitzy; GARCÍA, Sara (2010) **Hostilidad y violencia política: develando realidades de mujeres autoridades municipales**. El Salvador, INSTRAW

PATEMAN, Carole. Confusões Patriarcais. In: PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Cap. 2. p. 38-66.

PATRI, Juan Enrique Veja. A construção dos novos espaços democráticos na América Latina: algumas reflexões críticas. In: As mulheres e os novos espaços democráticos na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre, vol.1, n. 2 139-304, 1987. p. 150.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SANTANA, Thamires Medeiros de. Gênero e mídia: representações visuais de feminilidade e masculinidade. **Repositório Uniceub**, Brasília, fev. 2017. Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/11096/1/21424720.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002, p.26.

SCOTT, Joan. GENERO: UMA CATEGORIA UTIL DE ANALISE HISTORICA. **Educação & Realidade**, [s. L.], v. 15, n. 2, p. 71-99, jul. 1990.

SEGATO, Rita (2003) **Las estructuras elementales de la violencia**. Buenos Aires, Prometeo.

SGARBIERI, Astrid Nilsson. Mídia, ideologia e preconceito: análise do discurso crítica.: Análise do discurso crítica. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (org.). **Gênero em discursos da mídia**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005. p. 147-157.

SILVA, Fabricio Pereira da. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista Sures**, [s. L.], n. 5, p. 67-94, fev. 2015.

SILVA, Perla Haydee da. **DE LOUCA A INCOMPETENTE: CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS EM RELAÇÃO À EX-PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**. 2019. 139 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/1984/1/TESE_2019_Perla%20Haydee%20da%20Silva.pdf
Acesso em: 20 mar. 2020.

SILVA, Alessandro; ARAÚJO, Ana Beatriz; LOBATO, Andrea Teresa Martins; MOTA, Jakeline Lemos; SOUZA, Samya Stephany Coelho de. O fortalecimento dos estigmas de gênero no fotojornalismo: análise semiológica da edição 2417 da Revista IstoÉ. In: XX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 20., 2018, Juazeiro. **Anais [...]**. Juazeiro: Bla, 2018. p. 1-23. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0377-1.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo**: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Porto: Repositório Digital Ascens Unita, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ascens.edu.br/bitstream/123456789/1690/1/Livro%20Fotojornalismo%20intr>

[odu%c3%a7%c3%a3o%20FOTOJORNALISMO%20%281%29.pdf](#). Acesso em: 20 maio 2020.

VEJA. **Crise leva populismo na América do Sul a limite, diz FT** 2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/crise-leva-populismo-na-america-do-sul-a-limite-diz-ft/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ZDEBSKYI, Janaína de Fátima; MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; PEDRO, Joana Maria. A HISTÉRICA E AS BELAS, RECATADAS E DO LAR: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 225-250, jul. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ANEXO I: Imagem do adesivo

Fonte: Diário de Pernambuco